



Ao Tribunal de Contas
do Estado de Pernambuco,
um exemplar da Lei
Orgânica do Município
de Nazaré da Mata,
aprovada pela Câmara
Municipal, em 30-04-1990.

Severino Hermenegildo Patrício

Severino Hermenegildo Patrício
Câmara Municipal de Nazaré da Mata
Presidente



Lei Orgânica do Município de Nazaré da Mata

Promulgada em 04 de Abril de 1990

77 | 28/06/90
I. C. Pa. | Etologia

SUMÁRIO

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE NAZARÉ DA MATA

PREÂMBULO

TÍTULO I

Disposições Preliminares

Cap. I

Da Organização do Município

Cap. II

Da Competência do Município

Seção I – Da Competência Privativa

Seção II – Da Competência Comum

Seção III – Da Competência Suplementar

Cap. III –

Das Vedações

TÍTULO II

Da Organização dos Poderes

Cap. I – Do Poder Legislativo

Seção I – Da Câmara Municipal

Seção II – Do Funcionamento da Câmara

Seção III – Da Mesa

Seção IV – Dos Vereadores

Seção V – Do Processo Legislativo

Seção VI – Da Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária, Operacional e Patrimonial.

Cap. II

Do Poder Executivo

Seção I – Do Prefeito e Vice-Prefeito

Seção II – Das Atribuições do Prefeito

Seção III – Da Perda e Extinção do Mandato

Seção IV – Dos Auxiliares Diretos do Prefeito

Seção V – Da Administração Pública Municipal

Seção VI – Dos Servidores Públicos

Seção VII – Da Segurança Pública

TÍTULO III

Da Organização Administrativa Municipal

Cap. I

Da Estrutura Administrativa

Seção I – Do Planejamento

Seção II – Da Estrutura dos Órgãos

Cap. II

Dos Atos Municipais

Seção I – Da Publicidade dos Atos Municipais

Seção II – Dos Livros

Seção III – Das Proibições

Seção IV – Das Certidões

Cap. III

Dos Bens Municipais

Cap. IV

Das Obras e Serviços Municipais

Cap. V

Da Administração Tributária e Financeira

Seção I – Dos Tributos Municipais

Seção II – Da Receita e da Despesa

Seção III – Do Orçamento

TÍTULO IV

Da Ordem Econômica

Cap. I

Disposições Gerais

Cap. II

Da Política Urbana

Cap. III
Da Habitação

Cap. IV
Dos Transportes

Cap. V
Da Política Agrícola e Agrária

Cap. VI
Do Meio Ambiente

Cap. VII
Da Saúde

Cap. VIII
Do Saneamento Básico

Cap. IX
Da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente, do Idoso e da Defesa do Consumidor.

Seção I – Da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso.

Seção II – Da Defesa do Consumidor.

TÍTULO V

Da Seguridade Social

Cap. I
Disposições Gerais

Cap. II
Da Educação, da Cultura, do Desporto, da Ciência e Tecnologia, da Comunicação Social e do Turismo.

Seção I – Da Educação

Seção II - Da Cultura

Seção IV – Da Ciência e Tecnologia

Seção V – Da Comunicação Social

Seção VI – do Turismo

Cap. III
Das Associações e dos Conselhos Municipais

Cap. IV
Da Transição Administrativa

TÍTULO VII

Das Disposições Gerais e Transitórias

P R E Â M B U L O

Nós, Vereadores eleitos pelo povo de Nazaré da Mata, Estado de Pernambuco, com os poderes outorgados pela Constituição da República Federativa do Brasil e pela Constituição do Estado de Pernambuco, voltados exclusivamente para a construção de uma sociedade justa e humana, e visando promover o desenvolvimento geral do município de Nazaré da Mata, assegurando a todos os mesmos direitos e oportunidades, sem quaisquer preconceitos e discriminações, garantindo dentro de sua competência e autonomia, a paz social e a harmonia indispensáveis ao progresso do município e bem estar dos munícipes, preservando, em sua plenitude, a soberania popular, promulgamos, sob a proteção de DEUS, a seguinte LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE NAZARÉ DA MATA.

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES CAPÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Art. 1º – O MUNICÍPIO DE NAZARÉ DA MATA, é uma unidade integrante do território do Estado de Pernambuco, com personalidade jurídica de direito público interno e dotado de autonomia política, administrativa e financeira, nos termos assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil e pela Constituição do Estado de Pernambuco, reger-se-á por esta Lei Orgânica, votada e aprovada por sua Câmara Municipal.

Art. 2º – Fica mantida a integridade do território do Município de Nazaré da Mata, cujos limites só poderão ser alterados de acordo com lei estadual.

§ 1º – A sede do Município lhe dá o nome e tem a categoria de cidade.

§ 2º – O território do Município poderá ser dividido, internamente, em distritos e sub-distritos, criados, organizados e extintos por lei municipal, observada a legislação estadual, e mediante a aprovação da população interessada, em prévio plebiscito.

§ 3º – O Distrito terá o nome da respectiva sede, cuja categoria será a de vila e sua criação obedecerá aos seguintes requisitos:

I – população, eleitorado e arrecadação não inferiores à quinta parte exigida para a criação de município.

II – existência, na povoação-sede de, pelo menos, cinquenta moradias, escola pública e posto de saúde.

III – comprovação, através de Certidões emitidas pelos órgãos competentes, do preenchimento dos requisitos estabelecidos nos itens anteriores.

§ 4º – A alteração da divisão administrativa do Município somente pode ser feita, quadrienalmente, no ano anterior ao das eleições Municipais.

§ 5º – A instalação do Distrito se fará perante o Juiz de Direito da Comarca, na sede do Distrito.

Art. 3º – São poderes do Município, independente e harmônicos entre si, o Legislativo, exercido pela Câmara Municipal, e o Executivo, exercido pelo Prefeito Municipal.

Art. 4º – São símbolos do Município, a Bandeira, o Hino e Brasão, representativos de sua cultura e história.

Parágrafo Único – o dia 17 de maio, comemorativo da emancipação política do município, é a sua data magna.

Art. 5º – Constituem bens do Município, todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que, a qualquer título, lhes pertençam.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I

DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA

Art. 6º – Ao município compete prover a tudo que se relacione ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

II – suplementar a legislação federal e estadual, no que couber;

III – elaborar o seu Plano Diretor de Desenvolvimento e expansão urbana;

IV – criar, organizar e suprimir Distritos, observada a legislação;

V – manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;

VI – elaborar o Orçamento anual e plurianual de investimentos, com base em planejamento adequado;

VII – instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar as suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar os balancetes nos prazos fixados em lei;

VIII – fixar, fiscalizar e cobrar tarifas ou preços públicos;

IX – dispor sobre a organização, administração e execução dos serviços públicos locais, prestando os, diretamente, ou sob o regime de concessão, permissão ou autorização;

X – dispor sobre administração, utilização e alienação dos bens públicos municipais;

XI – adquirir bens, inclusive mediante desapropriação por necessidade ou utilidade pública, e, interesse social;

XII – organizar o quadro e estabelecer o regime jurídico único dos seus servidores públicos;

XIII – planejar o uso e a ocupação do solo, estabelecendo normas para edificação, loteamento e arruamento, bem como, zoneamento urbano e rural, convenientes à ordenação de seu território.

XIV – conceder e renovar licença para localização e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços e quaisquer outros, mantendo-os sob permanente fiscalização e revogando os respectivos alvarás dos que tornarem-se nocivos ou inconvenientes à saúde, à higiene, ao meio ambiente, ao sossego, ao bem-estar, à seguran-

ça e aos bons costumes, fazendo cessar a atividade ou determinando o fechamento do estabelecimento, de acordo com a lei;

XV - estabelecer servidões administrativas necessárias à realização de serviços, inclusive a dos seus concessionários;

XVI - regulamentar a utilização dos logradouros públicos e, especialmente, no perímetro urbano;

a) determinar o itinerário e os pontos de parada dos transportes coletivos;

b) fixar os locais de estacionamento de táxis e demais veículos;

c) conceder, permitir ou autorizar serviços de transportes coletivos e de táxis e fixar as respectivas tarifas;

d) fixar e sinalizar os limites das "zonas de silêncio" e de trânsito e tráfego em condições especiais;

e) disciplinar os serviços de carga e descarga e fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulam em vias públicas;

XVII - sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar a sua utilização;

XVIII - prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza;

XIX - ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, observadas as normas federais e estaduais pertinentes;

XX - dispor sobre o serviço funerário e cemitérios, encarregando-se da administração daqueles que forem públicos e fiscalizando os pertencentes à entidades privadas;

XXI - regulamentar, licenciar, permitir, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal;

XXII - prestar serviços de atendimento à saúde da população, inclusive nas emergências médico-hospitalares de pronto-socorro, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado.

XXIII - organizar e manter os serviços de fiscalização necessários ao exercício do seu poder de polícia administrativa.

XXIV - fiscalizar, nos locais de vendas, peso, medidas e condições sanitárias dos gêneros alimentícios.

XXV - dispor sobre o depósito e vendas de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da legislação municipal.

XXVI - dispor sobre o registro, vacinação, captura e destino de animais, com a finalidade de erradicar as moléstias de que possam ser portadores ou transmissores.

XXVII - promover a proteção ambiental, preservando os mananciais e coibindo práticas que coloquem em risco a função ecológica da fauna e da flora, provoquem a extinção da espécie ou submetam os animais à crueldade.

XXVIII - determinar locais para instalação de depósitos de sucatas de ferro, vidros, plásticos e outros materiais que possam contribuir, pela sua

natureza, a qualquer tipo de poluição.

XXIX - manter programas de prevenção e socorro nos casos de calamidade pública, em que a população tenha os seus recursos, meios de abastecimento ou de sobrevivência prejudicados, e, para tanto, disporá do sistema municipal de defesa civil.

XXX - organizar os conselhos municipais;

XXXI - fixar os feriados municipais, observando as normas federais e estaduais pertinentes.

XXXII - assegurar a expedição de certidões requeridas às repartições administrativas municipais, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações, estabelecendo os prazos de atendimento.

XXXIII - promover a proteção de todo patrimônio público municipal, em particular, o histórico e cultural.

XXXIV - estabelecer penalidade, dispondo sobre a competência das autoridades com poder de aplicá-las, por infração de suas leis e regulamentos.

XXXV - promover os seguintes serviços:

- a) mercados, feiras e matadouros;
- b) construção e conservação de estradas e caminhos municipais;
- c) transportes coletivos estritamente municipais;
- d) iluminação pública;

§ 1º - as normas de loteamento e arruamento a que se refere o inciso XIII deste artigo, deverão exigir reserva de áreas destinadas a:

- a) zonas verdes e demais logradouros públicos;
- b) vias de tráfego e de passagem de canalizações públicas, de esgotos e de águas pluviais nos fundos dos vales;

§ 2º - a lei complementar de criação da guarda-municipal estabelecerá a organização e competência dessa força auxiliar na proteção dos bens, serviços e instalações municipais.

SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA COMUM

Art. 7º - É da competência administrativa comum do Município, da União e do Estado, observada a Lei Complementar Federal, o exercício das seguintes medidas:

I - Zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis, os sítios arqueológicos e turísticos;

IV - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência e a tecnologia, ao desporto, à comunicação social e ao turismo;

V - proteger o meio ambiente e combater a poluição em quaisquer de suas formas;

VI - fomentar a agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

VII - promover programa de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

VIII - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

IX - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos à pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território, exigindo dos responsáveis pelos respectivos projetos, laudos e pareceres técnicos, emitidos pelos órgãos competentes e habituais, para comprovar que os empreendimentos:

a) não acarretarão desequilíbrio ecológico, prejudicando as florestas, a flora, a fauna e a paisagem em geral;

b) não provocarão erosão no solo;

c) acarretarão divisas para o Município, nos termos do § 1º do Artigo 20 da Constituição Federal e de acordo com Lei Complementar pertinente;

X - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito;

XI - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural, com a criação de um museu de arte popular objetivando receber doações e promover a aquisição de peças antigas;

SEÇÃO III DA COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR

Art. 8º - Ao município compete complementar a legislação federal e a estadual no que couber e naquilo que disser respeito a seu peculiar, interesse, especialmente sobre:

I - dispor sobre a prevenção contra incêndio;

II - a assistência social;

III - a proteção da infância, dos adolescentes, dos idosos e das pessoas portadoras de deficiência;

IV - o incentivo ao turismo, ao comércio e à indústria;

V - o incentivo e o tratamento jurídico diferenciado às micro-empresas e empresas de pequeno porte, assim definidas em lei federal e na forma da Constituição Estadual;

CAPÍTULO III DAS VEDAÇÕES

Art. 9º - Ao município é vedado:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhe o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si, e entre municípios e estados;

IV - subvencionar ou auxiliar, de qualquer modo, com recursos per-

tencentos aos cofres públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviço de alto-falante, gráfica, jornal ou qualquer outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou fins estranhos à administração;

V – manter a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos que não tenham caráter educativo, informativo ou de orientação social, assim como a publicidade da qual constam nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - outorgar isenções e anistias fiscais ou permitir a remissão de dívidas, sem interesse público justificado, sob pena de nulidade de ato;

VII - instituir ou majorar tributo sem lei que o estabeleça;

VIII - instituir imposto sobre:

a) o patrimônio, a renda ou os serviços da União, do Estado ou Município;

b) os templos de qualquer culto;

c) o patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d) livros, jornais, periódicos, e o papel destinado à sua impressão;

e) bens de entidades desportivas, culturais ou recreativas, legalmente organizadas e registradas;

§ 1º – a vedação do inciso VIII, “a”, é extensivo às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes;

§ 2º – as vedações do inciso VIII, “a” e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel;

§ 3º – as vedações expressas no inciso VIII, alíneas “b” e “c”, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas;

IX – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercidas, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

X - estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino;

XI - contrair empréstimos externos, sem prévia autorização do Senado Federal, solicitada por intermédio da Assembléia Legislativa do Estado;

XII - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou majorado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei

que os instituiu ou aumentou;

XIII - estabelecer limitações ao tráfego de qualquer natureza, por meio de tributos intermunicipais ressalvadas cobrança de taxas, inclusive pedágio, que se destinem exclusivamente, à indenização das despesas de construção, conservação e melhoramentos de vias;

§ 1º - os serviços públicos concedidos, não gozam de isenção tributária, salvo quando estabelecida pelo poder competente para tributar ou quando a União ou Estado a instituir em Lei especial, relativamente aos próprios serviços, tendo em vista o interesse comum;

§ 2º - é vedado aos Poderes Municipais delegarem as suas atribuições; o cidadão investido em função de um deles, não poderá exercer no outro, qualquer função;

XIV - utilizar tributos com efeito de confisco.

TÍTULO III

Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO I

Do Poder Legislativo

SEÇÃO I

Da Câmara Municipal

Art. 10 - O Poder Legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal.

Parágrafo Único - Cada legislatura terá a duração de quatro anos, compreendendo cada ano uma sessão legislativa.

Art. 11 - A Câmara Municipal de Nazaré da Mata é composta de Vereadores eleitos pelo sistema proporcional, como legítimos representantes do povo, com mandato de quatro anos; pelo voto direto e secreto;

§ 1º - São condições de elegibilidade para o mandato de Vereador, na forma da lei federal:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral no município;

V - a filiação partidária;

VI - a idade mínima de dezoito anos; e

VII - ser alfabetizado.

§ 2º - O número de Vereadores será fixado pela Justiça Eleitoral, tendo em vista a população do Município, observados os limites estabelecidos no artigo 29, IV, da Constituição Federal e o que disciplinar a legislação pertinente.

Art. 12 - A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente, na sede do Município, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro;

§ 1º - as reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados;

§ 2º - A Câmara se reunirá em sessões ordinárias, extraordinárias ou

solenes, conforme dispuser o Regimento Interno;

I – em cada período não poderá se realizar menos de uma reunião ordinária por semana;

II - considerar-se-ão extraordinárias as reuniões realizadas em dias diversos dos determinados pelo Regimento Interno para realização das reuniões ordinárias;

III – a convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á:

a) Pelo Prefeito Municipal;

b) Pelo Presidente da Câmara Municipal;

c) Pela maioria dos membros da Câmara Municipal;

§ 3º – Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara Municipal somente deliberará sobre matéria para a qual foi convocada:

Art. 13 – As deliberações da Câmara serão tomadas por maioria de votos, presentes a maioria de seus membros, salvo disposição em contrário constante na Constituição Federal e nesta Lei Orgânica;

Art. 14 – As sessões da Câmara deverão ser realizadas no recinto destinado ao seu funcionamento, considerando-se nulas as que se realizarem fora dele;

§ 1º – comprovada a impossibilidade de acesso ao recinto da Câmara, ou outra causa que impeça a sua utilização, poderão ser realizadas em outro local, por decisão do Presidente da Câmara;

§ 2º - As sessões solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara;

Art. 15 – As sessões da Câmara serão públicas, salvo deliberação em contrário, de dois terços (2/3) dos Vereadores, adotada em razão de motivo relevante;

Art. 16 – As sessões somente poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, um terço (1/3) dos membros da Câmara;

Parágrafo Único – Considerar-se-á presente à sessão o Vereador que assinar o livro de presença até o início da Ordem do Dia, participar dos trabalhos do Plenário e das votações;

SEÇÃO II

Do funcionamento da Câmara

ART. 17 – A Câmara reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de janeiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição da Mesa;

§ 1º – A posse ocorrerá em sessão solene, que se realizará independente de número, sob a Presidência do Vereador mais votado dentre os presentes;

§ 2º – O Vereador que não tomar posse na sessão prevista no parágrafo anterior, deverá fazê-lo dentro do prazo de 15 (quinze) dias do início do funcionamento normal da Câmara, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara;

§ 3º – imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a Presidência do mais votado entre os presentes e havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que serão

automaticamente empossados;

§ 4º – **inexistindo número legal, o Vereador mais votado dentre os presentes permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa;**

§ 5º – **a eleição da Mesa da Câmara, para o segundo biênio, far-se-á no dia primeiro de janeiro do terceiro ano de cada legislatura, considerando-se automaticamente empossados os eleitos;**

§ 6º – **no ato da posse os Vereadores juntamente com o Prefeito e o Vice-Prefeito, deverão fazer a declaração de seus bens, a entrega do diploma e a prestação de compromisso legal, de pé, nos seguintes termos: “Prometo manter, defender e cumprir a constituição da República Federativa do Brasil e a deste Estado, respeitar as leis, promover o bem coletivo e exercer o meu cargo sob a inspiração das tradições de lealdade, bravura e patriotismo do povo pernambucano”.**

§ 7º – **a declaração de bens de que trata o parágrafo anterior será repetida ao término do mandato;**

Art. 18 – **o mandato da Mesa será de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, dentro da mesma legislatura.**

Art. 19 – **A Mesa da Câmara se compõe do Presidente, do 1º Secretário e do 2º Secretário, os quais se substituirão nesta ordem;**

§ 1º – **Na constituição da Mesa e das Comissões é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Casa;**

§ 2º – **Na ausência dos Membros da Mesa, o Vereador mais votado dentre os presentes, assumirá a Presidência.**

§ 3º – **Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído da mesma, por Resolução aprovada pelo voto de dois terços (2/3) dos membros da Câmara, quando faltoso, omissivo ou ineficiente no desempenho de suas funções regimentais, elegendo-se outro Vereador para a complementação do mandato.**

Art. 20 – **A Câmara terá comissões permanentes e temporárias, estas podendo ser especiais ou de Inquérito, constituídas na forma e com as atribuições previstas nesta Lei Orgânica, no Regimento Interno da Câmara, ou no ato de sua criação;**

§ 1º – **às Comissões permanentes, em razão da matéria de sua competência, cabe:**

I) **discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do Regimento Interno, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de qualquer Vereador;**

II – **realizar audiências públicas com entidade da sociedade civil;**

III – **convocar os secretários Municipais ou equivalentes, para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;**

IV – **receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;**

V – **solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;**

VI – **exercer, no âmbito de sua competência, a fiscalização dos atos**

do Executivo e da Administração Indireta;

VII – apreciar programas de obras e planos de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

VIII – acompanhar junto à Prefeitura Municipal e à Mesa Diretora da Câmara, a elaboração da proposta orçamentária, bem como a sua posterior execução;

§ 2º – as Comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigações próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno da Casa, serão criados pela Câmara Municipal, mediante requerimento de um terço (1/3) dos seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores;

Art. 21 – qualquer entidade da sociedade civil, poderá solicitar do Presidente da Câmara, que lhe permita emitir conceitos ou opiniões, junto às Comissões, sobre projetos que nelas se encontrem para estudo;

Parágrafo Único – O Presidente da Câmara enviará o pedido ao Presidente da respectiva comissão, a quem caberá deferir ou indeferir o requerimento, indicando, se for o caso, dia e hora para o pronunciamento e seu tempo de duração;

Art. 22 – à Câmara Municipal, observado o disposto nesta Lei Orgânica, compete elaborar seu Regimento Interno, dispor sobre sua organização, polícia e provimento de cargos de seus serviços e, especialmente, sobre:

I – sua instalação e funcionamento;

II – posse de seus membros;

III – eleição da Mesa, sua composição e suas atribuições;

IV – número de reuniões mensais;

V – comissões e indicações de líderes e vice-líderes;

VI – deliberações;

VII – todo e qualquer assunto de sua administração interna;

Art. 23 – Por deliberação da maioria de seus membros, a Câmara poderá convocar Secretário Municipal ou equivalente para, pessoalmente, prestar informações acerca de assuntos previamente estabelecidos.

Parágrafo Único – A falta de comparecimento do Secretário Municipal ou equivalente, salvo motivo justo, será considerado desacato à Câmara, e, se o Secretário ou equivalente for Vereador licenciado, o não comparecimento nas condições mencionadas caracterizará procedimento incompatível com a dignidade da Câmara, para instauração do respectivo processo, na forma da Lei Federal, e conseqüente cassação do mandato;

Art. 24 – O Secretário Municipal ou equivalente, a seu pedido, poderá comparecer perante o Plenário ou qualquer Comissão da Câmara para expor assunto e discutir projeto de lei ou qualquer outro ato normativo relacionado com o seu serviço administrativo.

Art. 25 – A mesa da Câmara poderá encaminhar pedidos escritos de informação aos Secretários Municipais ou equivalentes, importando crimes de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informação falsa.

SEÇÃO III DA MESA

Art. 26 - Compete à Mesa, dentre outras atribuições estabelecidas no Regimento Interno:

I - Tomar todas as medidas necessárias à regulamentação dos trabalhos legislativos;

II - propor projetos de Resolução, ao Planário, que criem, extingam ou transformem cargos, empregos ou funções da Câmara Municipal, bem como a fixação da respectiva remuneração, observadas as determinações legais.

III - propor projetos de lei dispendo sobre abertura de créditos suplementares ou especiais, através de anulação parcial ou total da dotação Orçamentária da Câmara Municipal;

IV - promulgar a Lei Orgânica e suas emendas;

V - contratar, na forma da lei, por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

VI - suplementar, por Resolução, as dotações do Orçamento da Câmara Municipal, observando o limite da autorização da lei orçamentária, desde que os recursos para a sua cobertura sejam provenientes de anulações de sua dotação ou de reserva de contingência;

VII - elaborar e remeter ao Executivo a proposta Orçamentária da Câmara, até 31 de agosto de cada ano, a ser incluída na lei orçamentária do município;

VIII - devolver à Prefeitura o saldo de caixa existente na Câmara Municipal, no fim de cada exercício;

Art. 27 - Dentre as outras atribuições, compete ao Presidente da Câmara:

I - representar a Câmara em juízo ou fora dele;

II - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara, fazendo lavrar os atos pertinentes;

III - interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

IV - promulgar as Resoluções e decretos legislativos, bem como as leis que receberem sanção tácita e a cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário, desde que não aceita esta decisão, em tempo hábil, pelo Prefeito;

V - fazer publicar dentro de 15 dias, os atos da Mesa, as resoluções, decretos legislativos, e as leis que vier a promulgar;

VI - autorizar as despesas da Câmara;

VII - representar por decisão da Câmara, sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal;

VIII - requisitar as dotações orçamentárias da Câmara Municipal;

IX - apresentar ao Plenário, até o dia 20 de cada mês, o balancete orçamentário do mês anterior;

X - solicitar e encaminhar pedido da intervenção no município nos casos admitidos pela Constituição Federal e pela Constituição Estadual, em cumprimento a decisão da maioria absoluta da Câmara;

XI - manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar a força necessária para esse fim;

XII – encaminhar, para parecer prévio, a prestação de contas do município ao Tribunal de Contas do Estado ou órgão a que for atribuída tal competência;

XIII – determinar a prestação de informações por escrito e expedir certidões requeridas para a defesa de direitos e esclarecimentos de situação;

XIV – exercer a chefia do Poder Executivo Municipal, em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-prefeito ou de vacância dos respectivos cargos;

XV – declarar extinto o mandato do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, nos casos previstos em lei;

Art. 28 – O Presidente da Câmara, ou quem o substituir, só terá direito a voto, nas seguintes hipóteses:

I – na eleição da Mesa;

II – quando a matéria exigir, para a sua aprovação o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara;

III – quando ocorrer empate em qualquer votação no plenário;

IV – sempre que a matéria exigir, para a sua aprovação, a decisão por escrutínio secreto;

Art. 29 – Dentre outras atribuições, compete ao 1º Secretário:

I – Substituir o Presidente nos seus impedimentos, ausências ou licenças;

II – promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as resoluções e os decretos legislativos, sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixar de fazê-lo no prazo estabelecido no artigo da Lei de Organização Municipal, bem como as leis que o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara, sucessivamente, tenham deixado de fazê-lo, sob pena de torná-la, tacitamente, promulgada.

III – superintender a redação da Ata das sessões, resumindo os trabalhos e assiná-la juntamente com o Presidente;

IV – redigir e transcrever a Ata das Sessões Secretas;

V – fazer a chamada dos Vereadores;

VI – registrar, em livro próprio, os precedentes firmados na aplicação do Regimento Interno;

VII – fazer a inscrição dos oradores, na pauta dos trabalhos;

VIII – assinar com o Presidente os Atos da Mesa e as Resoluções da Câmara;

IX – inspecionar os serviços da Secretaria e fazer observar o Regulamento;

Art. 30 – Compete ao 2º Secretário, auxiliar e substituir o 1º Secretário nas suas faltas, licenças ou impedimentos;

Art. 31 – Os Vereadores são invioláveis, no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos;

Art. 32 – Os vereadores não são obrigados a testemunhar, perante a Câmara, sobre informações recebidas ou prestadas, em razão do Exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações;

Art. 33 – É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos

definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas aos Vereadores ou a percepção, por estes, de vantagens indevidas;

Art. 34 – É vedado ao Vereador:

I – desde a expedição do diploma;

a) firmar ou manter contrato com o município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis “ad nutum”, nas entidades constantes da alínea anterior;

II – desde a posse;

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresas que goze de favor decorrente de contrato celebrado com o município ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo, função ou emprego de que sejam demissíveis “ad nutum” nas entidades constantes na alínea “b” do inciso I, salvo o cargo de secretário municipal ou equivalente, desde que se licencie do exercício do mandato;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea “a”, do inciso I;

d) ser titular de mais de um mandato eletivo;

Art. 35. – Perderá o mandato de Vereador:

I – quem infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II – aquele cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III – quem deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo em caso de licença ou de missão oficial autorizada;

IV – quem perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V – quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;

VI – quem sofrer condenação criminal, por sentença transitada e julgada, sem direito a “sursis”;

VII - quem deixar de residir no município;

VIII – quem deixar de tomar posse, sem motivo justificado, dentro do prazo estabelecido nesta Lei Orgânica;

IX – Aquele que se utilizar do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

§ 1º – extingue-se o mandato, e assim será declarado pelo Presidente da Câmara, quando ocorrer falecimento ou renúncia do Vereador por escrito;

§ 2º – nos casos dos incisos I, II, VI e VII deste Artigo, a perda do mandato será decidida pela Câmara, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de Partido Político representado na

Câmara, assegurada ampla defesa;

§ 3º – nos casos dos incisos III, IV, V, VIII e IX, a perda do mandato será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer Vereador ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa;

Art. 36 – O Vereador poderá licenciar-se:

I – por motivo de doença, devidamente comprovada ou por gravidez, pelo prazo assegurado pela licença-gestante;

II – para desempenhar missões temporárias de caráter cultural ou de interesse do Município;

III – para tratar de interesses particulares por prazo indeterminado, nunca inferior a 30 (trinta) dias, não podendo reassumir o exercício do mandato, antes do término da licença;

§ 1º – para fins de remuneração, considerar-se-á em exercício, o Vereador licenciado nos termos dos incisos II e III;

§ 2º – O Vereador investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado;

Art. 37 – Dar-se-á a convocação do Suplente de Vereador nos casos de vaga ou de licença;

§ 1º – O suplente convocado, deverá tomar posse no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de convocação, salvo motivo justo aceito pela Câmara, quando se prorrogará o prazo;

§ 2º – Em caso de vaga, não havendo Suplente, o Presidente comunicará o fato, dentro de 48 horas (quarenta e oito horas), diretamente ao Tribunal Regional Eleitoral;

§ 3º – Enquanto a vaga não for preenchida, calcula-se-á o “quórum” em função dos Vereadores remanescentes.

Art. 38 – A extinção e cassação do mandato de Vereador dar-se-á, nos casos e na forma da Legislação Federal.

SEÇÃO V

DO PROCESSO LEGISLATIVO

Art. 39 – O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

I – emendas à Lei Orgânica Municipal;

II – leis complementares,

III – leis ordinárias;

IV – leis delegadas;

V – resoluções;

VI – decretos legislativos;

Art. 40 – A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;

II – do Prefeito Municipal;

III – de iniciativa popular;

§ 1º – a proposta será discutida e votada em dois turnos com interstí-

cio mínimo de dez dias e aprovada com o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara;

§ 2º – a emenda aprovada à Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem;

§ 3º - A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal ou estadual no Município, em estado de defesa ou estado de sítio;

§ 4º – A matéria constante de proposta da emenda rejeitada ou havida por prejudicada, somente poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, mediante iniciativa da maioria absoluta dos membros da Câmara ou as emendas de iniciativa popular;

Art. 41 – a iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e ao eleitorado que a exercerá sob a forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por cinco por cento do total do número de eleitores do Município.

Art. 42 – As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos da votação das leis ordinárias.

Parágrafo Único – Serão leis complementares, dentre outras previstas nesta Lei Orgânica:

I – Código Tributário;

II – Código de Obras;

III – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

IV – Código de Postura;

V – Estatutos dos servidores públicos municipais;

VI – Lei Orgânica Instituidora da guarda municipal;

Art. 43 – São de iniciativa privativa do Prefeito do Município as leis que disponham sobre:

I – criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta e autárquica ou aumento de sua remuneração.

II – servidores públicos do município, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

III – organização administrativa, matéria tributária e serviços públicos e pessoal de administração;

IV – criação, estruturação e atribuições da Secretaria e órgãos da administração pública;

V – matéria orçamentária e a que autoriza a abertura de créditos ou concede auxílios, prêmios e subvenções,

Parágrafo Único – Não será admitido aumento na despesa prevista;

I – nos projetos de iniciativa privativa do Prefeito, ressalvado o disposto na Constituição Federal e na Constituição Estadual;

II – nos projetos sobre a organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal;

Art. 44 – Nos projetos de sua iniciativa, o Prefeito poderá solicitar à Câmara Municipal que os aprecie, em regime de urgência;

§ 1º – recebida a solicitação do Prefeito, a Câmara terá 30 (trinta) dias para apreciação do Projeto de que trata o pedido;

§ 2º – não havendo deliberação sobre o projeto, no prazo previsto, será este incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se as demais proposições, para que se ultime a votação;

§ 3º – O prazo de que trata este artigo será suspenso durante o recesso parlamentar;

Art. 45 – Transcorrido trinta dias do recebimento de qualquer projeto de lei em tramitação na Câmara Municipal, seu Presidente, a requerimento de qualquer Vereador, mandará incluí-lo na Ordem do Dia para ser discutido e votado, independentemente de parecer;

Parágrafo Único – O Projeto de Lei somente será retirado da Ordem do Dia se o autor desistir do mesmo;

Art. 46 – As matérias constantes de projeto de Lei rejeitado somente poderão constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria dos membros da Câmara Municipal;

Art. 47 – Aprovado o projeto de lei, será este enviado ao Prefeito, que aquiescendo, o sancionará;

§ 1º – O prefeito considerando o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetalo-á, total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, expondo os motivos do veto, devolvendo o Projeto ou a parte vetada ao Presidente da Câmara, dentro de quarenta e oito horas;

§ 2º – o veto parcial deverá abranger o texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea;

§ 3º – decorrido o prazo de quinze dias úteis, o silêncio do Prefeito importará sanção;

§ 4º – o veto será apreciado no prazo de trinta dias, a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara, em escrutínio secreto;

§ 5º – se o veto for rejeitado, será o projeto enviado ao Prefeito, pelo Presidente da Câmara, em quarenta e oito horas para promulgação;

§ 6º – esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no parágrafo 4º, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobre todas as demais proposições, até a sua votação final.

§ 7º – se nas hipóteses dos parágrafos 3º e 5º, a lei não for promulgada pelo Prefeito, no prazo de quarenta e oito horas, o Presidente da Câmara a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao 1º Secretário da Câmara fazê-lo;

§ 8º – nos casos de veto parcial, as disposições aprovadas pela Câmara serão promulgadas pelo seu Presidente, no prazo de quarenta e oito horas, com o mesmo número da lei original

§ 9º – o prazo previsto no parágrafo 4º não é contado nos períodos de recesso da Câmara;

§ 10º – a manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara;

§ 11º – na apreciação do veto, a Câmara não poderá introduzir qualquer modificação no seu texto;

Art. 48 – as leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito, que deverá solicitar a delegação à Câmara Municipal;

§ 1º - os atos de competência privativa da Câmara, a matéria reservada à lei complementar e diretrizes orçamentárias não serão objetos de delegação;

§ 2º - a delegação ao Prefeito terá a forma de Resolução da Câmara Municipal, que especificará o seu conteúdo e os termos de seu exercício;

§ 3º - se a Resolução determinar a apreciação do Projeto pela Câmara, esta fará em votação única, vedada qualquer emenda.

Art. 49 - Os projetos de Resolução disporão sobre matérias de interesse interno da Câmara e os Projetos de Decreto Legislativo sobre os demais casos de sua competência privativa;

Parágrafo Único - nos casos de projeto de resolução e de projeto de decreto legislativo, considerar-se-á encerrada com a votação final a elaboração da norma jurídica, que será promulgada pelo Presidente da Câmara;

SEÇÃO VI

Da Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária, Operacional e Patrimonial.

Art. 50 - a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, e de quaisquer entidades constituídas ou mantidas pelo Município, quanto à legalidade, legitimidade, moralidade, publicidade, eficiência, eficácia e econômica de aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada um dos Poderes, observado o disposto nos artigos 70 e 75 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - prestará contas qualquer pessoa física, jurídica ou entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos, pelos quais o Município responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária;

Art. 51 - o controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete, além das atribuições previstas no artigo 71, da Constituição Federal, adaptados ao Município, a apreciação das contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do Município e o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária;

§ 1º - O Tribunal de Contas do Estado terá amplo poder de investigação, cabendo-lhe requisitar e examinar, diretamente ou através de seu corpo técnico, a qualquer tempo, todos os elementos necessários ao exercício de suas atribuições;

§ 2º - não poderá ser negada qualquer informação a pretexto de sigilo, ao Tribunal de Contas do Estado;

§ 3º - a Mesa ou qualquer comissão da Câmara Municipal poderá requisitar, em caráter reservado, ao Tribunal de Contas do Estado, informações sobre inspeção realizada por este, ainda que as conclusões não tenham sido julgadas ou aprovadas;

§ 4º – compete ao Tribunal de Contas do Estado, avaliar a eficiência e a eficácia dos sistemas de controle interno dos órgãos e entidades por ele fiscalizados;

Art. 52 – Para efeito dos procedimentos previstos no artigo 72, da Constituição Federal, é competente, na esfera municipal, a comissão de finanças e orçamento da Câmara;

Art. 53 – As contas do Prefeito e da Mesa da Câmara Municipal, prestadas anualmente, deverão ser julgadas pela Câmara Municipal, no prazo de trinta dias, após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, cuja rejeição só se verificará por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, considerando-se aprovado ainda o parecer do Tribunal de Contas, se dentro do prazo aqui estipulado, não tiver sido expressamente rejeitado.

§ 1º – As contas relativas à aplicação dos recursos transferidos pela União e Pelo Estado, serão prestadas na forma da legislação federal e estadual em vigor, podendo o município complementar essas contas, sem prejuízo de sua inclusão na prestação anual de contas.

Art. 54 – O Poder Executivo manterá sistema de controle interno, a fim de:

I – criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo e regularidade à realização da receita e despesa;

II – acompanhar as execuções de programas de trabalho e do orçamento;

III – avaliar os resultados alcançados pelos administradores;

IV – verificar a execução dos contratos;

Art. 55 – As contas do Município ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, na forma da lei.

CAPÍTULO II

DO PODER EXECUTIVO

SEÇÃO I

DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Art. 56 – O Poder Executivo Municipal é exercido pelo Prefeito, com funções políticas, executivas e administrativas, auxiliado pelos Secretários Municipais ou equivalentes e pelos subprefeitos municipais;

Parágrafo Único – aplica-se à elegibilidade para Prefeito e Vice-Prefeito o disposto no § 1º do Artigo 11, desta Lei Orgânica e a idade mínima de vinte e um anos.

Art. 57 – A eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e Vereadores realizar-se-à, simultaneamente, nos termos estabelecidos no artigo 29, inciso I e II da Constituição Federal;

Art. 58 – O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse no dia 1º de janeiro do ano subsequente à eleição, em sessão solene da Câmara Municipal, ou se esta não estiver reunida, perante a autoridade judiciária competente, ocasião em que prestarão, de pé, o seguinte compromisso legal: “PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A DESTE ESTADO, RESPEITAR AS LEIS, PROMOVER O BEM COLETIVO E EXERCER O MEU CARGO SOB A INSPIRAÇÃO DAS TRADIÇÕES DE LEALDADE, BRAVURA E PATRIOTISMO DO POVO PERNAMBUCANO”.

Parágrafo Único – Decorridos dez dias da data fixada para a posse, se o Prefeito ou o Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior aceito pela Câmara, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

Art. 59 – Substituirá o Prefeito, no caso de impedimento e suceder-lhe-á, no de vaga, o Vice-Prefeito.

§ 1º – O vice-Prefeito não poderá se recusar a substituir o Prefeito, sob pena de extinção do mandato, salvo motivo de força maior, aceito pela Câmara.

§ 2º – O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, auxiliará o Prefeito, sempre que por ele for convocado para missões especiais;

Art. 60 – Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância dos respectivos cargos, assumirá a administração municipal o Presidente da Câmara.

Parágrafo Único – O Presidente da Câmara recusando-se, por qualquer motivo, a assumir o cargo de Prefeito, renunciará, incontinentemente, à sua função de dirigente do Legislativo, ensejando, assim, a eleição de outro membro para ocupar, como Presidente da Câmara, a Chefia do Poder Executivo.

Art. 61 – Verificando-se a vacância do cargo de Prefeito e inexistindo Vice-Prefeito, observar-se-á o seguinte:

I – Ocorrendo a vacância nos três primeiros anos do mandato, dar-se-á eleição noventa dias após a sua abertura, cabendo aos eleitos completar o período dos seus antecessores;

II – ocorrendo a vacância no último ano do mandato, assumirá o Presidente da Câmara que completará o período.

Art. 62 – O mandato do Prefeito e do Vice-Prefeito é de quatro anos, vedada a reeleição para o período subsequente e terá início em 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua eleição.

Art. 63 – O Prefeito e o Vice-Prefeito não poderão, sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do município por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

Art. 64 – A remuneração do Prefeito, do Vice-prefeito e dos Vereadores será fixada, por Resolução da Câmara Municipal, nos sessenta dias que antecederem a data das respectivas eleições, para vigorar a partir do primeiro mês da legislatura seguinte, em valores nunca inferiores aos percebidos no último mês da legislatura finda, acrescidos da inflação nele verificada.

Parágrafo Único – O Prefeito e o Vice-Prefeito regularmente licenciados terão direito a perceber a remuneração quando:

I – impossibilitado de exercer o cargo, por motivo de doença devidamente comprovada.

II – a serviço ou em missão de representação do município;

Art. 65 – Na ocasião da posse e ao término do mandato, o Prefeito e

o Vice-Prefeito farão declarações de seus bens, as quais ficarão arquivadas na Câmara, constando das respectivas atas o seu resumo.

SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Art. 66 – Compete privativamente ao Prefeito, entre outras atribuições:

I – nomear e exonerar os Secretários Municipais e os sub-prefeitos, estes últimos, com prévia aprovação da Câmara Municipal;

II – exercer, com o auxílio dos Secretários, a direção superior da administração municipal;

III – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;

IV – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara Municipal, bem como expedir decretos e regulamentos para a fiel execução das leis;

V – vetar, total ou parcialmente, projetos de lei aprovados pela Câmara Municipal;

VI – dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal;

VII – publicar até trinta dias, após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária;

VIII – decretar na forma da lei, desapropriações por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, e instituir servidões administrativas;

IX – expedir decretos, portarias e outros atos administrativos;

X – autorizar o uso de bens municipais por terceiros, com prévia autorização da Câmara;

XI – autorizar a execução de serviços públicos por terceiros, com prévia autorização da Câmara;

XII – prover e extinguir os cargos, os empregos e as funções públicas municipais, na forma da lei;

XIII – expor, em mensagem que remeterá à Câmara Municipal, por ocasião da abertura de sessão legislativa, a situação do Município e os planos de sua administração, solicitando as providências que julgar necessárias;

XIV – enviar à Câmara Municipal, até trinta de setembro de cada ano, os projetos de lei dos orçamentos anuais, das diretrizes orçamentárias e do plano plurianual de investimentos, previstos nesta Lei Orgânica;

XV – encaminhar aos órgãos competentes os planos de aplicação e as prestações de contas exigidas em lei;

XVI – encaminhar à Câmara Municipal para ser remetido ao Tribunal de Contas do Estado, até trinta e um (31) de março de cada ano, as contas do exercício anterior, para devido exame, acompanhadas do respectivo relatório;

XVII – determinar a publicação de atos oficiais;

XVIII – prestar à Câmara Municipal, dentro de trinta dias, as informa-

ções solicitadas na forma regimental, podendo o prazo ser prorrogado, a pedido, pela complexidade de matéria ou pela dificuldade de obtenção dos dados solicitados;

XIX - aplicar multas previstas em lei e contratos, bem como, mediante prévia autorização da Câmara Municipal;

XXI - celebrar convênios com entidades públicas para execução de obras e serviços de interesse do município, com prévia autorização da Câmara Municipal;

XXII - conceder auxílio e subvenções às entidades devidamente constituídas, mediante prévia autorização da Câmara Municipal;

XXIII - convocar, extraordinariamente, a Câmara Municipal, quando o interesse público o exigir;

XXIV - conferir condecorações e distinções honoríficas;

XXV - decretar estado de emergência, quando necessário, preservar ou restabelecer, em logradouros determinados e restritos ao Município, a ordem pública ou paz social;

XXVI - contratar a prestação de serviços e obras, observando o processo licitatório;

XXVII - planejar e promover a execução dos serviços públicos municipais;

XXVIII - solicitar o auxílio da polícia do Estado para garantia de cumprimento de seus atos;

XXIX - retirar sua proposição, em qualquer fase de sua elaboração legislativa;

XXX - colocar à disposição da Câmara Municipal, até o dia 20 (vinte) de cada mês, os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas à Câmara Municipal, inclusive os Créditos Suplementares e Especiais;

XXXI - fixar as tarifas dos serviços públicos concedidos e permitidos, bem como daqueles explorados pelo próprio município, conforme critérios estabelecidos na legislação municipal;

XXXII - requerer à autoridade competente a prisão administrativa do servidor público municipal omissos ou remisso, na prestação de contas dos dinheiros públicos;

XXXIII - superintender a arrecadação dos tributos e preços, bem como a guarda e a aplicação da receita, autorizando as despesas e os pagamentos, dentro das disponibilidades orçamentárias, ou dos créditos autorizados pela Câmara;

XXXIV - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e com membros da comunidade;

XXXV - resolver sobre requerimentos, reclamações ou representações, que lhe forem dirigidas;

XXXVI - comparecer à Câmara Municipal, por sua própria iniciativa;

XXXVII - alienar bens imóveis, mediante prévia e expressa autorização legislativa da Câmara Municipal;

XXXVIII - aplicar mediante lei específica, aos proprietários de imóveis urbanos não edificados, subutilizados ou não utilizados incluídos previamente no Plano Diretor da Cidade, as penas sucessivas de:

- a) parcelamento compulsório;
- b) imposto progressivo no tempo;
- c) desapropriação mediante pagamento com títulos da dívida Pública, conforme estabelece o Art. 182 da Constituição Federal;

XXXIX – oficializar, obedecidas as normas urbanísticas aplicáveis, as vias e logradouros públicos, mediante denominação aprovada pela Câmara;

XL – aprovar projetos de edificação e planos de loteamento, arruamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos;

XLI – organizar e dirigir, nos termos da lei, os serviços relativos às terras do município;

XLII – providenciar sobre o incremento do ensino;

XLIII – solicitar, obrigatoriamente, autorização à Câmara para ausentar-se do Município, por tempo superior a quinze (15) dias;

XLIV – adotar providências para a conservação e salvaguarda do patrimônio municipal;

XLV – representar o Município, em Juízo ou fora dele, na forma estabelecida em Lei;

§ 1º - O Prefeito poderá delegar, por decreto, a seus auxiliares, as atribuições previstas nos incisos XIX, XXI, XXXIII, XXXV, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações;

§ 2º – O Prefeito Municipal poderá a qualquer momento, a seu critério, avocar a si a competência delegada.

SEÇÃO III DA PERDA E EXTINÇÃO DO MANDATO

Art. 67 – O Prefeito não poderá, desde a posse, sob pena de perda do cargo.

I – firmar ou manter contratos com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade da economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer cláusulas uniformes;

II – aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os que sejam demissíveis “ad nutum”, em entidade constante do inciso anterior, ressalvada a posse em virtude de concurso público;

III – ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo;

IV – patrocinar causas em que seja interessada qualquer das entidades já referidas;

V – ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goza de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.

VI – fixar residência fora do Município;

Art. 68 – São crimes de responsabilidade do Prefeito os previstos em lei federal.

Parágrafo Único – O Prefeito será julgado, pela prática de crime de responsabilidade perante o Tribunal de Justiça do Estado.

Art. 69 – Será declarado vago, pela Câmara Municipal, o cargo de Pre-

feito quando:

I - ocorrer falecimento, renúncia ou condenação irrecorrível por crime funcional ou eleitoral;

II - deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo de dez (10) dias;

III - infringir as normas dos artigos 34 e 64 desta Lei Orgânica;

IV - perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

Art. 70 - São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o Prefeito, o Vice-Prefeito e quem os houver sucedido ou substituído nos seis meses anteriores à eleição;

Art. 71 Para concorrerem a outros cargos eletivos, o Prefeito e o Vice-Prefeito devem renunciar os mandatos até seis meses antes da eleição;

Art. 72 - O Prefeito poderá licenciar-se:

I - quando a serviço ou em missão de representação do Município, devendo, entretanto, observar o disposto no artigo 64 desta Lei Orgânica;

II - quando impossibilitado do exercício do cargo, por motivo de doença, devidamente comprovada ou por gravidez, pelo prazo assegurado para licença-gestante.

Parágrafo Único - Nos casos deste artigo, o Prefeito licenciado terá direito à remuneração integral;

SEÇÃO IV

Dos Auxiliares Diretos do Prefeito

Art. 73 - São auxiliares diretos do Prefeito:

I - Os secretários Municipais ou equivalentes;

II - os subprefeitos;

Parágrafo Único - os cargos de Secretário Municipal ou equivalente são de livre nomeação e demissão do Prefeito, enquanto que os de sub-prefeito dependem de prévia aprovação da Câmara Municipal:

Art. 74 - A Lei Municipal disporá sobre a criação, estruturação e atribuições das Secretarias, definindo a competência, deveres e responsabilidades dos respectivos Secretários;

Art. 75 - São condições essenciais para investidura no cargo de Secretário ou equivalente:

I - ser brasileiro;

II - estar no exercício dos direitos políticos;

III - ser maior de vinte e um ano;

Art. 76 - Além de outras atribuições fixadas em lei, compete aos Secretários Municipais ou equivalentes:

I - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração Municipal, na área de sua competência;

II - expedir instruções para execução das leis, decretos e regulamentos;

III - referendar os atos e decretos assinados pelo Prefeito Municipal pertinentes à sua área de competência;

IV - apresentar ao Prefeito e à Câmara Municipal, até 31 de janeiro do ano seguinte, relatório anual dos serviços realizados na Secretaria;

V – praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas pelo Prefeito Municipal;

VI – encaminhar à Câmara Municipal informações por escrito, quando solicitadas pela mesma, podendo o Secretário ser responsabilizado na forma da lei, em caso de recusa ou não atendimento no prazo de trinta dias, bem como na prestação de informações falsas ou inverídicas;

VII – comparecer à Câmara Municipal, nos casos previstos nesta Lei Orgânica, a fim de prestar informações ou esclarecimentos a respeito de assuntos compreendidos na área da respectiva Secretaria, sob pena de responsabilidade;

Art. 77 – Os Secretários Municipais ou equivalentes são solidariamente responsáveis com o Prefeito Pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem e, nos crimes comuns ou de responsabilidade serão processados e julgados pelos Tribunais competentes e, nos crimes conexos com os do Prefeito Municipal, pelo Tribunal de Justiça do Estado.

Art. 78 – A competência dos Secretários Municipais abrangerá todo o território do Município, nos assuntos atinentes às suas secretarias.

Art. 79 – Os secretários do Município não poderão:

I – desde a nomeação:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, ou mesmo de direito privado, integrante da administração indireta, concessionária ou permissionária de serviço público, salvo quando o controle obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer qualquer cargo, função ou emprego remunerado ou não, nas entidades constantes da alínea “a”;

II – desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresas que gozem de favores decorrentes de contrato com pessoa jurídica de direito Público, ou nela exercer função remunerada;

b) aceitar ou exercer qualquer cargo, funções ou emprego, remunerado ou não, em qualquer empresa comercial ou industrial, ou em corporação que goze de favor do poder público;

c) exercer qualquer outro cargo público ou desempenhar mandato público eletivo.

§ 1º – o disposto no inciso I, alínea “b”, não abrange a posse em cargo público, consequente de aprovação em concurso público;

§ 2º – não poderão, os Secretários Municipais, detentores de mandato de Vereador, desempenharem ambas atribuições, e, para tanto, deverão optar por uma delas;

§ 3º – os secretários municipais ou equivalentes não poderão, sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do município por período superior a quinze dias, sob pena de perda de cargo;

Art. 80 – A competência do subprefeito limitar-se-á ao Distrito para o qual foi nomeado;

Parágrafo Único – aos subprefeitos, como delegados do executivo, compete:

I – cumprir e fazer cumprir, de acordo com as instruções recebidas do Prefeito, as leis, resoluções, regulamentos e demais atos do Prefeito e

da Câmara Municipal;

II – fiscalizar os serviços distritais;

III – atender as reclamações das partes e encaminhá-las ao Prefeito, quando se tratar de matéria estranha às suas atribuições ou quando lhes for, pessoalmente favorável a decisão proferida;

IV – indicar ao Prefeito às providências necessárias ao Distrito;

V – prestar mensalmente ou quando lhes forem solicitadas, contas ao Prefeito;

Art. 81 – o subprefeito, em caso de licença ou impedimento, será substituído por pessoa escolhida pelo Prefeito, com prévia aprovação da Câmara.

Art. 82 – Os auxiliares diretos do Prefeito, farão declaração de bens no ato da posse e no término do exercício do cargo;

SEÇÃO V

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 83 – A administração pública municipal direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Município, visando a promoção do bem público e a prestação de serviços à comunidade e aos indivíduos que a compõe, obedeceu aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e, também, ao seguinte:

I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

III – o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV – durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V – os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei;

VI – é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII – o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar federal;

VIII – a lei reservará percentual dos cargos e empregos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X – a revisão da remuneração dos servidores far-se-á sempre na mesma dada;

XI – a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos serviços públicos, observado, como limite máximo, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo prefeito;

XII – os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII – é vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para efeito de remuneração de pessoal do serviço público, ressalvado o disposto no inciso anterior e no art. 86, § 1º desta Lei Orgânica;

XIV – os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento;

XV – os vencimentos dos servidores públicos são irredutíveis e a remuneração observará o que dispõem os arts. 37, XI, XII; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I, da Constituição Federal;

XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houve compatibilidade de horário;

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) a de dois cargos privativos de médico;

XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público;

XVIII – a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX – somente por lei específica poderão ser criadas empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública;

XX – depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.

XXI – ressalvados os casos específicos na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, exigindo-se a qualificação técnico-econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações;

§ 1º – a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores, públicos;

§ 2º – a não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei;

§ 3º – as reclamações relativas à prestação de serviços públicos serão disciplinadas em lei;

§ 4º – os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão

dos direitos políticos, a perda da função pública, a disponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível;

§ 5º – a lei federal estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento;

§ 6º – as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa;

Art. 84 – ao servidor público com exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I – tratando-se de mandato eletivo federal, ou estadual, ficará afastado do seu cargo, emprego ou função;

II – investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III – investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV – em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V – para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse;

SEÇÃO VI DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 85 – O Município instituirá regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

§ 1º – A lei assegurará aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo poder ou entre servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

§ 2º – Aplica-se a esses servidores o disposto no art. 7º, IV, VI, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII, e XXX da Constituição Federal;

§ 3º – É garantido ao servidor público municipal o direito à livre associação sindical observado o disposto no art. 8º, seus incisos e parágrafos da Constituição Federal;

§ 4º – A lei fixará limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, da administração direta ou indireta, observado, como limite máximo os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito;

§ 5º – Nenhum servidor será dispensado, transferido, exonerado ou terá aceito o seu pedido de exoneração ou rescisão sem que o órgão responsável pelo controle dos bens patrimoniais da Prefeitura ou da Câmara ateste que o mesmo devolveu os bens móveis do Município que estavam sob sua guarda;

§ 6º – O órgão competente do Município será obrigado, independentemente de despacho de qualquer autoridade, abrir inquérito administrativo e a propor, se for o caso, a competente ação civil e penal contra qualquer servidor, sempre que forem apresentadas denúncias contra o extravio ou danos de bens municipais:

Art. 86 – O servidor será aposentado:

I – por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidentes em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;

II – compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III – voluntariamente:

a) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta, se mulher, com proventos integrais;

b) aos trinta anos de efetivo exercício em função de Magistério, se professor, e vinte e cinco se professora, com proventos integrais.

c) aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;

d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

§ 1º - A Lei complementar poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, "a" e "c", no caso de exercício de atividade consideradas penosas, insalubres ou perigosas;

§ 2º – A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários;

§ 3º - O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e de disponibilidade;

§ 4º - Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei;

§ 5º – O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior;

Art. 87 – São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

§ 1º – O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

§ 2º - Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável; será, ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade;

§ 3º - Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo;

§ 4º - É assegurada a promoção por merecimento e antiguidade, alternadamente, nos cargos organizados em carreira e a intervalos não superiores a dez anos;

§ 5º - Ao servidor Público Municipal que se investir no mandato de Vereador, fica assegurado o exercício do cargo ou função nas condições pré-existentes, não podendo ser transferido a não ser a pedido ou promoção.

§ 6º - Ficam canceladas as rescisões e anulações dos contratos de trabalho promovidas, a partir de 15 de março de 1987, pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta, nos termos do Art. 24 e seus incisos do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual.

§ 7º - Fica instituída a eleição anual, entre os servidores municipais, para escolha do funcionário padrão, conforme dispuser a lei.

SEÇÃO VII DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 88 - O Município poderá constituir guarda municipal, força auxiliar destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, nos termos da lei complementar;

§ 1º - A lei complementar de criação da guarda municipal disporá sobre acesso, direitos, deveres, vantagens e regime de trabalho, com base na hierarquia e disciplina;

§ 2º - A investidura nos cargos da guarda municipal far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 3º - Na oportunidade de criação da guarda municipal, os servidores que já exerçam funções iguais ou semelhantes, poderão ter acesso à mesma, mediante participação e aproveitamento satisfatório, em curso de preparação, a ser ministrado.

TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL CAPÍTULO I DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA SEÇÃO I

DO PLANEJAMENTO

Art. 89 - O Governo Municipal manterá processo permanente de planejamento, visando promover o desenvolvimento do Município, o bem-estar da população e a melhoria da prestação dos serviços públicos municipais.

Parágrafo Único – O desenvolvimento do Município terá por objetivo a realização plena de seu potencial econômico e a redução das desigualdades sociais no acesso aos bens e serviços, respeitadas as vocações, as peculiaridades e a cultura locais e preservado o seu patrimônio ambiental, natural e construído.

Art. 90 – O Processo de planejamento municipal deverá considerar os aspectos técnicos e políticos envolvidos na fixação de objetivos, diretrizes e metas para ação municipal, propiciando que autoridades, técnicos de planejamento, executores e representantes da sociedade civil participem do debate sobre os problemas locais e as alternativas para o seu enfrentamento, buscando conciliar interesses e solucionar conflitos.

Art. 91 – O planejamento municipal deverá orientar-se pelos seguintes princípios básicos:

I – democracia e transparência no acesso às informações disponíveis;

II – eficiência e eficácia na utilização dos recursos financeiros, técnicos e humanos disponíveis;

III – complementariedade e integração de políticas, planos e programas setoriais;

IV – viabilidade técnica e econômica das proposições, avaliada à partir do interesse social da solução e dos benefícios públicos;

V – Respeito e adequação à realidade local e regional e consonância com os planos e programas estaduais e federais existentes;

Art. 92 – A elaboração e a execução dos planos e dos programas do Governo Municipal obedecerão às diretrizes do plano diretor e terão acompanhamento e avaliação permanentes, de modo a garantir o seu êxito e assegurar sua continuidade no horizonte de tempo necessário

Art. 93 – O planejamento das atividades do Governo Municipal obedecerá às diretrizes deste capítulo e será feito por meio de elaboração e manutenção atualizada, entre outros, dos seguintes instrumentos:

I – plano diretor

II – plano de governo;

III – lei de diretrizes orçamentárias;

IV – orçamento anual;

V – plano plurianual;

Art. 94 – Os instrumentos de planejamento municipal mencionados no artigo anterior, deverão incorporar às propostas constantes dos planos e dos programas setoriais do Município, dadas as suas implicações para o desenvolvimento local.

SEÇÃO II

DA ESTRUTURA DOS ÓRGÃOS

Art. 95 – A administração municipal é constituída dos órgãos integrados na estrutura administrativa da Prefeitura e de entidades dotadas de personalidade jurídica própria.

§ 1º – os órgãos da administração direta que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura, se organizam e se coordenam, atendendo aos princípios técnicos recomendáveis ao bom desempenho de suas atribuições.

§ 2º – as entidades dotadas de personalidade jurídica própria que



compõem a Administração Indireta do Município, se classificam em:

I – AUTARQUIA – o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita própria, para executar atividades típicas da administração pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizadas;

II – EMPRESA PÚBLICA – a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio e capital do Município, criada por lei, para exploração de atividades econômicas que o município seja levado a exercer, por força de contingência ou conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito;

III – SOCIEDADE E ECONOMIA MISTA – a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei, para exploração de atividades econômicas, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, ao Município ou a entidade da Administração INDIRETA;

IV – FUNDAÇÃO PÚBLICA – a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgão ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e financiamento custeado por recursos do Município e de outras fontes;

§ 3º – A entidade de que trata o inciso IV do § 2º, adquire personalidade jurídica com inscrição da escritura pública de sua constituição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, não se lhe aplicando as demais disposições do Código Civil concernentes às fundações.

CAPÍTULO II
DOS ATOS MUNICIPAIS
SEÇÃO I
DA PUBLICIDADE DOS ATOS MUNICIPAIS

Art. 96 – a publicação das leis e dos atos municipais, far-se-á, em órgão oficial, ou não havendo, em órgão da imprensa local ou regional ou por afixação na sede da Prefeitura ou da Câmara Municipal, conforme o caso.

§ 1º - nenhum ato produzirá efeito antes de sua publicação;

§ 2º – a publicação dos atos não normativos, pela imprensa, poderá ser resumida;

§ 3º – a escolha do órgão de imprensa particular para divulgação dos atos municipais será feita por meio de licitação, na forma da lei, em que se levarão em conta, além dos preços, as circunstâncias de periodicidade, tiragem e distribuição;

Art. 97 – A formalização dos atos administrativos da competência do Prefeito far-se-á:

I – mediante decreto, numerado, em ordem cronológica, quando se tratar de:

- a) regulamentação de lei;
- b) criação ou extinção de gratificações quando autorizados em lei;
- c) abertura de créditos especiais e suplementares;

d) decretação de utilidade pública ou de interesse social para efeito de desapropriação ou servidão administrativa;

e) criação, alteração e extinção de órgãos da Prefeitura, quando autorizada em lei;

f) definição da competência dos órgãos e das atribuições dos servidores da Prefeitura, não privativas;

g) aprovação de regulamentos e regimentos dos órgãos da Administração direta;

h) aprovação dos estatutos dos órgãos da administração descentralizadas;

i) fixação e alteração dos preços dos serviços prestados pelo Município e aprovação dos preços dos serviços concedidos ou autorizados;

j) permissão para a exploração de serviços públicos e para uso de bens municipais;

l) aprovação de plano de trabalho dos órgãos da administração direta;

m) criação, extinção, declaração ou modificação de direitos dos administrados, não privativos da lei;

n) medidas executórias do plano diretor;

o) estabelecimento de normas de efeitos extremos não privativos de lei;

II – mediante portaria, quando se tratar de:

a) provimento e vacância de cargos públicos e demais atos de efeito individual relativos aos servidores municipais;

b) lotação e relotação nos quadros de pessoal;

c) criação de comissões de designação de seus membros;

d) instituição e dissolução de grupos de trabalho;

e) autorização para contratação de servidores por prazo determinado e dispensa;

f) abertura de sindicâncias e processos administrativos e aplicação de penalidades;

g) outros atos que, por sua natureza, ou finalidade, não sejam objeto de lei ou decreto;

Parágrafo Único – Poderão ser delegados os atos constantes do item II deste artigo.

Art. 98 – o Prefeito fará publicar:

I – **diariamente**, por edital, o movimento de caixa do dia anterior;

II – **mensalmente**, o balancete resumido da receita e da despesa;

III – **mensalmente**, os montantes de cada um dos tributos arrecadados e os recursos recebidos;

IV – **anualmente**, até 31 de março, as contas da administração, constituídas do balanço financeiro, do balanço patrimonial, do balanço orçamentário e demonstração das variações patrimoniais, em forma sintética;

SEÇÃO II DOS LIVROS

Art. 99 – O Município manterá os livros que forem necessários ao re-

gistro de seus serviços e, obrigatoriamente os de:

I – termo de compromisso e posse;

II – declaração de bens;

III – atas das sessões da Câmara;

IV – registros de leis, decretos, resoluções, regulamentos, instruções e portarias;

V – cópia de correspondência oficial;

VI – protocolo, índice de papéis e livros arquivados;

VII – licitações e contratos para obras e serviços;

VIII – contratos de servidores;

IX – contratos em geral;

X – contabilidade e finanças;

XI – concessões e permissões de bens imóveis e de serviços;

XII – tombamento de bens móveis e imóveis;

XIII – registro de loteamentos aprovados;

§ 1º - Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Prefeito ou pelo Presidente da Câmara, conforme o caso, ou por funcionário designado para tal fim.

§ 2º - Os livros referidos neste artigo poderão ser substituídos por fichas ou outro sistema, convenientemente autenticado.

SEÇÃO III DAS PROIBIÇÕES

Art. 100 – O Prefeito, o Vice-prefeito, os Vereadores e os servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, não poderão contratar com o município.

Parágrafo Único – Não se incluem nesta proibição os contratos cujas cláusulas e condições sejam uniformes para todos os interessados;

Art. 101 – A pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social, como estabelecido em lei Federal, não poderá contratar com o Poder Público Municipal nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

SEÇÃO IV Das Certidões

Art. 102 – A Prefeitura e a Câmara são obrigadas a fornecer a qualquer interessado, no prazo máximo de trinta dias, certidões dos atos, contratos e decisões, desde que requeridas para fim de direito determinado, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição. No mesmo prazo deverão atender às requisições judiciais se outro não for fixado pelo juiz.

Parágrafo Único – As certidões relativas ao Poder Executivo serão fornecidas pelo Secretário ou Diretor da Administração da Prefeitura, exceto as declaratórias de efetivo exercício do Prefeito, que serão fornecidas pelo Presidente da Câmara.

CAPÍTULO III Dos Bens Municipais

Art. 103 – Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara, quanto àqueles utilizados em seus serviços.

Art. 104 – Todos os bens municipais deverão ser cadastrados com identificação respectiva, numerando-se os móveis, segundo o que for estabelecido em regulamento, os quais ficarão sob a responsabilidade do chefe da Secretaria ou Diretoria a que forem distribuídas.

Art. 105 – Os bens patrimoniais do Município deverão ser classificados:

- I – pela natureza;
- II – em relação a cada serviço;

Parágrafo Único – Deverá ser feita, anualmente, a conferência da escrituração patrimonial com os bens existentes e, na prestação de cada exercício, será incluído o inventário de todos os bens municipais.

Art. 106 – A alienação de bens municipais subordinada à existência de interesse público, devidamente justificada, será sempre precedida de avaliação devendo, quando imóveis, dependerem de autorização legislativa e concorrência, sendo dispensada a concorrência, nos seguintes casos:

- I – doações, que será permitida, exclusivamente, para fins de interesse social;
- II – permuta.

III – venda de ações, que será, obrigatoriamente, efetuada em bolsa;

Art. 107 – O Município, preferencialmente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência pública.

§ 1º – A concorrência poderá ser dispensada, por lei, quando o uso se destinar à concessionária de serviço público, a entidades assistenciais, ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado.

§ 2º – A venda de imóveis lindeiros de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis para edificações, resultantes de obras públicas, dependerá, apenas, de prévia avaliação e autorização legislativa, dispensada a licitação. As áreas resultantes de modificações de alinhamento serão alienadas nas mesmas condições, quer sejam aproveitáveis ou não.

Art. 108 – A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

Art. 109 – É proibida a doação, venda ou concessão de uso de qualquer fração dos parques, praças, jardins ou largos públicos, salvo pequenos espaços destinados à venda de jornais e revistas ou refrigerantes.

Art. 110 – O uso de bens municipais, por terceiros, só poderá ser feito mediante concessão ou permissão, a título precário e por

tempo determinado, conforme o interesse público o exigir.

§ 1º – A concessão de uso de bens públicos de uso especial e domaniais dependerá de lei e concorrência e será feita mediante contrato, sob pena de nulidade do ato, ressalvada a hipótese de § 1º do art. 107 desta Lei Orgânica.

§ 2º – A concessão administrativa de bens públicos de uso comum, somente poderá ser outorgada para finalidades escolares, de assistência social ou turística, mediante autorização legislativa.

§ 3º – A permissão de uso, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita, a título precário, por ato unilateral do Prefeito, através de decreto, mediante licitação;

§ 4º – A autorização que, poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita por portaria, para atividade ou uso específicos e transitórios, pelo prazo máximo de noventa dias, salvo quando, para fim de formar canteiro de obra pública, o prazo corresponderá ao de duração da obra;

Art. 111 – Poderão ser cedidos a particulares, para serviços transitórios, máquinas e operadores da Prefeitura, desde que não haja prejuízos para os trabalhos do Município e o interessado recolha, previamente, a remuneração arbitrada e assine termo de responsabilidade pela conservação e devolução dos bens cedidos.

Art. 112. – A utilização e administração dos bens públicos de uso especial, como mercados, matadouros, estações, recintos de espetáculos e campos de esporte, serão feitas na forma da lei e regulamentos respectivos.

Art. 113 – poderá ser permitida a particulares, a título oneroso ou gratuito, conforme o caso, o uso do subsolo ou do espaço aéreo de logradouros, públicos, para construção de passagem destinada à segurança ou conforto dos transeuntes e usuários, ou para fins de interesse urbanístico.

CAPÍTULO IV DAS OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

Art. 114 – Nenhum empreendimento de obras e serviços do Município poderá ter início sem a prévia elaboração do respectivo projeto, no qual, obrigatoriamente, conste:

I – a viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse comum;

II – os pormenores para a sua execução;

III – os recursos para o atendimento das respectivas despesas;

IV – os prazos para o seu início e conclusão, acompanhados da respectiva justificação.

§ 1º – nenhuma obra, serviço ou melhoramento, salvo casos de extrema urgência, será executada sem prévio orçamento de seu custo;

§ 2º – as obras públicas poderão ser executadas pela Prefeitura, por suas autarquias e demais entidades da administração indireta e, por terceiros, mediante licitação.

Art. 115 – A permissão de serviço público, a título precário, será outorgada por decreto do Prefeito após edital de chamamento de interessa-

dos para a escolha do melhor pretendente, sendo que a concessão só será feita com autorização legislativa, mediante contrato precedido de concorrência pública.

§ 1º – Serão nulas de pleno direito, as permissões, as concessões, bem como quaisquer outros ajustes feitos em desacordo com o estabelecido neste artigo.

§ 2º – Os serviços permitidos ou concedidos ficarão sempre sujeitos à regulamentação e fiscalização do Município, incumbindo, aos que executem, sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.

§ 3º – O Município poderá retomar, sem indenização, os serviços permitidos ou concedidos, desde que executados em desconformidade com o ato ou contrato, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários;

§ 4º – As concorrências para a concessão de serviço público poderão ser precedidas de ampla publicidade, em jornais e rádios locais, inclusive em órgãos da imprensa da capital do Estado, mediante edital ou comunicado resumido.

Art. 116 – Nos serviços, obras e concessões do Município, bem como nas compras e alienações, será adotada a licitação, nos termos da lei.

Art. 117 – O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum, mediante convênio com o Estado, a União ou entidades particulares, bem assim, através de consórcio com outros municípios.

Parágrafo Único – A constituição de consórcios municipais dependerá de autorização legislativa;

Art. 118 – Lei específica disporá sobre:

I – o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos ou de utilidade pública, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação e as condições de caducidade, fiscalização e rescisão de concessão ou permissão;

II – os direitos dos usuários;

III – política tarifária;

IV – a obrigação de manter serviço adequado;

V – as reclamações relativas à prestação de serviços públicos ou de utilidade pública;

VI – planos e programas de expansão dos serviços e a revisão da base de cálculo dos custos operacionais;

Parágrafo Único – as tarifas dos serviços públicos ou de utilidade pública, deverão ser fixadas pelo Poder Executivo, tendo em vista a sua justa remuneração.

Art. 119 – Ressalvados os casos específicos na legislação, as obras, os serviços, compras e alienações, serão contratados mediante processo de licitação que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusula que estabeleça as obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, a qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica, indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Art. 120 – As entidades prestadoras de serviços públicos são obriga-

das, pelo menos uma vez por ano, a dar ampla divulgação de suas atividades, informando, em especial, sobre planos de expansão, aplicação de recursos financeiros e realização de programas de trabalho.

Art. 121 – Nos contratos de concessão ou permissão de serviços públicos serão estabelecidos, entre outros:

I – Os direitos dos usuários, inclusive as hipóteses de gratuidade;

II – as regras para a remuneração do capital e para garantir o equilíbrio econômico e financeiro do contrato;

III – as normas que possam comprovar eficiência no atendimento de interesse público, bem como permitir a fiscalização pelo Município, de modo a manter o serviço contínuo, adequado e acessível;

IV – as regras para orientar a revisão periódica das bases de cálculo dos custos operacionais e da remuneração do capital, ainda que estipulado em contrato anterior;

V – a remuneração dos serviços prestados aos usuários diretos, assim como a possibilidade de cobertura dos custos por cobrança a todos agentes beneficiados pela existência dos serviços;

VI – as condições de prorrogação, caducidade, rescisão e reversão da concessão ou permissão.

Parágrafo Único – Na concessão ou na permissão de serviços públicos, o Município reprimirá qualquer forma de abuso do poder econômico, principalmente as que visem à dominação do mercado, à exploração monopolística e ao aumento abusivo de lucros.

Art. 122 – O Município poderá revogar a concessão ou a permissão dos serviços públicos que forem executados em desconformidades com o contrato ou ato pertinente, bem como daqueles que se revelarem manifestamente insatisfatórios para o atendimento dos usuários.

Art. 123 – As tarifas dos serviços públicos prestados diretamente pelo Município ou por órgãos de sua administração descentralizada serão fixados pelo Prefeito Municipal, cabendo à câmara municipal definir os serviços que serão remunerados pelo custo, acima do custo e abaixo do custo, tendo em vista seu interesse econômico e social.

Parágrafo único – Na formação do custo dos serviços de natureza industrial computar-se-ão, além das despesas operacionais e administrativas, as reservas para depreciação e reposição dos equipamentos e instalações, bem como previsão para expansão dos serviços.

Art. 124 – O Município é facultado conveniar com a União ou com o Estado a prestação de serviços públicos de sua competência privativa, quando lhe faltarem recursos técnicos ou financeiros para a execução do serviço em padrões adequados, ou quando houver interesse mútuo para a celebração do convênio.

Parágrafo Único – na celebração de convênios de que trata este artigo, deverá o Município:

I – Propor os planos de expansão dos serviços públicos;

II – propor critérios para fixação de tarifas;

III – realizar avaliação periódica da prestação dos serviços.

Art. 125 – A criação pelo Município de entidade de administração indireta, para execução de obras ou prestação de serviços públicos, só será

permitida caso a entidade possa assegurar sua auto-sustentação financeira.

Art. 126 – Os órgãos colegiados das entidades de administração indireta do Município terão a participação obrigatória de um representante de seus servidores, eleito por estes, mediante voto direto e secreto, conforme regulamentação a ser expedida por ato do Prefeito Municipal.

CAPÍTULO V
DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA
SEÇÃO I
DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 127 – O sistema tributário no Município é regulado pelo disposto nas Constituições Federal e Estadual, nesta Lei Orgânica e em leis ordinárias, observados os princípios gerais de direito tributário.

Parágrafo Único – O sistema tributário a que se refere o “caput” deste artigo, compreende os seguintes tributos:

I – impostos;

II – taxas, em razão de exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

III – a contribuição de melhoria poderá ser cobrada dos proprietários de imóveis valorizados por obras públicas municipais, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 128 – Qualquer concessão de anistia, remissão, isenção, benefícios e incentivos fiscais, que envolva matéria tributária, bem como de dilatação de prazos de pagamento de tributo, só será concedida mediante autorização legislativa;

Parágrafo Único – As isenções, benefícios e incentivos fiscais, objeto de convênio celebrado com a União e o Estado, serão estabelecidos por prazo certo e sob condições determinadas, e somente terão eficácia, após ratificação pela Câmara Municipal;

Art. 129 – Ocorrendo a decadência do direito de constituir o crédito tributário ou a prescrição da ação de cobrá-lo, abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades, na forma da lei;

Parágrafo Único – A autoridade municipal, qualquer que seja seu cargo, emprego ou função, e independentemente do vínculo que possuir com o Município, responderá civil, criminal e administrativamente pela prescrição ou decadência ocorrida sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município do valor dos créditos prescritos ou não lançados.

Art. 130 – São inaplicáveis quaisquer disposições legais excludentes ou limitadoras do direito de fiscalizar pessoas ou entidades vinculadas, direta ou indiretamente, ao fato gerador dos tributos municipais.

Art. 131 – A administração tributária à atividade vinculada, essencial ao Município e deverá estar dotada de recursos humanos e materiais necessários ao fiel exercício de suas atribuições, principalmente no que se

refere a:

- I - cadastramento dos contribuintes e das atividades econômicas;
- II - lançamento dos tributos;
- III - fiscalização do cumprimento das obrigações tributárias;
- IV - inscrição dos inadimplentes em dívida ativa e respectiva cobrança amigável ou encaminhamento para cobrança judicial.

Art. 132 - Compete ao Município instituir impostos sobre:

- I - Propriedade predial e territorial urbana;
- II - transmissão "inter-vivos", a qualquer título, por ato oneroso de bens imóveis, por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre os imóveis, exceto os de garantia bem como cessão de direitos a sua aquisição,
- III - vendas a varejo de combustível líquido e gasoso, exceto o óleo diesel
- IV - serviços de qualquer natureza, exceto os da competência estadual, definidos na lei complementar federal prevista no artigo 146 da Constituição Federal;

§ 1º - O imposto previsto no Inciso I, poderá ser progressivo nos termos da lei, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º - O imposto previsto no Inciso II deste artigo é de competência do Município da situação do bem e não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 3º - O imposto previsto no inciso III, não exclui a incidência do imposto estadual previsto no artigo 155, I, letra "b", da Constituição Federal, sobre a mesma operação.

§ 4º - Cabe à lei Complementar:

- I - fixar as alíquotas máximas dos impostos previstos nos incisos III e IV, deste artigo, de acordo com o disposto por lei complementar federal;
- II - excluir da incidência do imposto previsto no inciso IV, deste artigo, exportações de serviços para o exterior;

§ 5º - na cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, aplicar-se as regras constantes do mesmo artigo, em seus parágrafos 2º e 3º;

Art. 133 - Pertence ainda, ao município, a participação no produto da arrecadação dos impostos da União e do Estado, prevista na Constituição Federal e outros recursos que lhe sejam conferidos.

Art. 134 - Sempre que possível os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultando à administração municipal, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

Parágrafo Único - As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

Art. 135 – O Município poderá instituir contribuição, cobrada a seus servidores para o custeio em benefício destes, de sistemas de previdências e assistência social.

Art. 136 – Lei Municipal estabelecerá medidas para que os contribuintes sejam esclarecidos sobre os tributos municipais.

SEÇÃO II DA RECEITA E DA DESPESA

Art. 137 -A receita municipal constituir-se-á da arrecadação dos tributos municipais, da participação em tributos da União e do Estado, dos recursos resultantes do Fundo de Participação dos Municípios e da utilização de seus bens, serviços, atividades e de outros ingressos.

Art. 138 – Pertencem ao Município;

I – O Produto da arrecadação do imposto da União sobre Vendas e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pela administração direta, autarquia e fundações municipais.

II – Cinquenta por cento do produto da arrecadação do Imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis situados no Município;

III – cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade dos veículos automotores licenciados no território municipal.

IV – vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativa à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Art. 139 – Para obter o ressarcimento da prestação de serviços de natureza comercial ou industrial ou de sua atuação na organização e exploração de atividades econômicas, o Município poderá cobrar preços públicos.

Parágrafo Único – Os preços devidos pela utilização de bens e serviços municipais deverão ser fixados de modo a cobrir os custos dos respectivos serviços e ser reajustados quando se tornarem deficitários ou excedentes.

Art. 140 – A fixação dos preços públicos, devidos pela utilização de bens, serviços e atividades municipais, será feita pelo prefeito mediante a edição de decreto.

Parágrafo Único – Lei Municipal estabelecerá outros critérios para a fixação de preços públicos.

Art. 141 – Nenhum contribuinte será obrigado ao pagamento de qualquer tributo lançado pela Prefeitura, sem prévia notificação.

§ 1º – Considera-se notificação a entrega de aviso de lançamento, no domicílio fiscal do contribuinte, nos termos da legislação federal pertinente.

§ 2º – Do lançamento do tributo cabe recurso ao Prefeito, na forma da lei, assegurado para a sua interposição o prazo de 15 (quinze) dias,

contados da notificação.

Art. 142 – A despesa pública atenderá os princípios estabelecidos na Constituição Federal e as normas de direito financeiro.

Art. 143 – Nenhuma despesa será ordenada ou satisfeita sem que exista recursos disponíveis e crédito votado pela Câmara, salvo a que ocorrer por conta de crédito extraordinário.

Art. 144 – Nenhuma lei que crie ou aumente despesa será executada sem que dela conste a indicação do recurso para atendimento do correspondente encargo.

Art. 145 – As disponibilidades de caixa do Município, e suas autarquias e fundações e das empresas por ele controladas serão depositadas em instituições financeiras oficiais, salvo os casos previstos em lei.

SEÇÃO III DO ORÇAMENTO

Art. 146 – A receita e a despesa pública obedecerão às seguintes leis, de iniciativa do Poder Executivo:

- I – do plano plurianual;
- II – de diretrizes orçamentárias;
- III – dos orçamentos anuais.

§ 1º – A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º – A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública municipal direta e indireta, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das Agências financeiras oficiais de fomento.

§ 3º – Os planos e programas serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Poder Legislativo.

§ 4º – O poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada trimestre, relatório resumido da execução orçamentária, e o apresentará, nesse mesmo prazo, ao Poder Legislativo, onde deverá constar o comportamento das finanças públicas e da evolução da dívida pública;

§ 5º – A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal, compreendendo as receitas e despesas, referente aos Poderes do Município, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal;

II – o orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem

como as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal;

§ 6º – O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo do efeito, sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;

§ 7º – A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa não se incluindo na proibição, a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de créditos, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei, e forma de aplicação do superávit ou modo de cobrir o déficit.

Art. 147 – A lei disciplinará o acompanhamento físico-financeiro do plano plurianual e dos orçamentos anuais;

Art. 148 – O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, os orçamentos anuais e os créditos adicionais constarão de projetos de lei encaminhados ao Poder Legislativo que os apreciará.

§ 1º – caberá à comissão de finanças e orçamento da Câmara Municipal, examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo, sobre as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito Municipal, e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões da Câmara.

§ 2º – as emendas serão apresentadas à comissão de finanças e orçamentos da Câmara, que sobre elas emitirá parecer escrito e, apreciadas, na forma regimental, pelo Plenário.

§ 3º – as emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que modifiquem, somente podem ser aprovados, caso:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida;

III – sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões;

b) com os dispositivos do texto do projeto de Lei;

§ 4º – O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal, para propor modificação dos projetos a que se refere este artigo, enquanto não iniciada a votação da parte cuja alteração é proposta;

§ 5º – Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta seção, as demais normas relativas ao processo legislativo;

§ 6º – Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 149 – São vedados:

I – o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II – a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que

excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III – a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

IV – a vinculação de receita de impostos a órgãos, fundo ou despesa, ressalvadas a destinação de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita;

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI – a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII – a concessão de utilização de crédito ilimitados;

VIII – a utilização, sem autorização legislativa específica de recursos do município para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas ou qualquer entidade de que o Município participe;

IX – a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa;

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciada sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade;

§ 2º - os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seu saldo, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente;

Art. 150 – A despesa com pessoal ativo e inativo não poderá exceder os limites estabelecidos em lei.

Parágrafo Único – A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão de pessoa, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoa e aos acréscimos dela decorrentes;

II – se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista;

Art. 151 – As despesas com publicidade dos Poderes do Município, deverão ser objeto de dotação orçamentária específica.

Art. 152 – Os projetos de lei sobre o plano plurianual diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais, serão enviados pelo Prefeito Municipal ao Poder Legislativo, até trinta de setembro de cada ano;

Art. 153 – Os projetos de lei de que trata o artigo anterior, após apreciação pelo Poder Legislativo, deverão ser encaminhados para sanção do Prefeito Municipal, até trinta de novembro de cada ano;

Parágrafo Único – Não atendido o prazo estabelecido no presente

artigo, os projetos de lei nele previsto serão promulgados como lei;

Art. 154 – Caso o Prefeito Municipal não envie o Projeto do orçamento anual, no prazo legal, o Poder Legislativo, adotará como projeto de lei o orçamento em vigor, com a correção das respectivas rubricas pelos índices oficiais da inflação verificadas nos doze meses imediatamente anteriores a trinta de setembro;

Art. 155 – Cabe à lei ordinária:

I – dispor sobre o Exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II – estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

Art. 156 – A execução do orçamento do Município se refletirá na obtenção das suas receitas próprias, transferidas e outros, bem como na utilização das dotações consignadas às despesas para a execução dos programas nele determinados, observado sempre o princípio do equilíbrio.

Art. 157 – O Prefeito Municipal fará publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Art. 158 – As alterações orçamentárias durante o exercício se representarão:

I – pelos créditos adicionais, suplementares, especiais e extraordinários;

II – pelos remanejamentos, transferências e transposições de recursos de uma categoria de programação para outra;

Parágrafo Único – o remanejamento, a transferência e a transposição somente se realizarão quando autorizados em lei específica que contenha a justificativa.

Art. 159 – Na efetivação dos empenhos sobre as dotações fixadas para cada despesa será emitido o documento Nota de Empenho, que conterá as características já determinadas nas normas gerais de Direito Financeiro.

Art. 160 – As receitas e as despesas orçamentárias serão movimentadas através de caixa única, regularmente instituída;

Parágrafo Único – A Câmara Municipal terá sua própria tesouraria, por onde movimentará os recursos que lhe forem liberados.

Art. 161 – As disponibilidades de caixa do Município e de suas entidades de Administração indireta, inclusive dos fundos especiais e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, serão depositadas em instituições financeiras oficiais;

Parágrafo Único – As arrecadações das receitas próprias do Município e de suas entidades de Administração indireta poderão ser feitas através da rede bancária privada, mediante convênio.

Art. 162 – Poderá ser constituído regime de adiantamento em cada uma das unidades da Administração direta, nas autarquias, nas fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal e na Câmara Municipal para acorrer às despesas miúdas de pronto pagamento definidas em

lei.

**TÍTULO IV
DA ORDEM ECONÔMICA
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 163 – A ordem econômica e social, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa e na proteção do meio ambiente, tem por finalidade básica e fundamental, assegurar a todos os cidadãos existência digna, conforme os mandamentos da justiça social, e, em cumprimento ao estabelecido nas Constituições Federal e Estadual, o Município zelará pelos seguintes princípios:

I – promoção do bem-estar do homem como fim essencial da produção e do desenvolvimento econômico;

II – valorização econômica e social do trabalho e do trabalhador, associada a uma política de expansão das oportunidades de emprego e de humanização do processo social de produção, com a defesa dos interesses do povo;

III – democratização do acesso à propriedade dos meios de produção;

IV – planificação do desenvolvimento, determinantes para o setor público e indicativo para o setor privado;

V – condenação dos atos de exploração do homem pelo homem e de exploração predatória da natureza, considerando-se, juridicamente, ilícito e moralmente indefensável qualquer ganho individual ou social auferido com base neles;

VI – proteção da natureza e ordenação territorial;

VII – estímulo à participação da comunidade, através da organizações representativas;

VIII – integração e descentralização das ações públicas setoriais;

XI – preferência dos projetos de cunho comunitário nos financiamentos públicos e incentivos fiscais;

X – na aquisição de bens e serviços, o Poder Público Municipal dará tratamento preferencial, nos termos da lei, à empresa brasileira de capital nacional;

XI – eliminar, entraves burocráticos que possam limitar o exercício da atividade econômica;

XII – desenvolver ação direta ou reivindicativa junto a outras esferas de governo, de modo a que sejam, entre outros, efetivada assistência técnica, crédito especializado ou subsidiado, estímulos fiscais e financeiros e serviços de suporte informativo ou de mercado;

Art. 164 – o município revogará as doações a instituições particulares se o donatário lhes der destinação diversa da ajustada em contrato ou quando, transcorrido o prazo estipulado em lei, não tiver dado cumprimento aos fins estabelecidos no ato da doação.

Art. 165 - A intervenção do Município no domínio econômico dar-

se-à por meios previstos em lei, para orientar e estimular a produção, corrigir distorções da atividade econômica e prevenir abusos do poder econômico.

Parágrafo Único – No caso de ameaça ou efetiva paralização de serviço ou atividade essencial, por decisão patronal, pode o Município intervir tendo em vista o direito da população ao serviço ou atividade, respeitadas as Legislações Federal e Estadual e os direitos dos trabalhadores.

Art. 166 – Na organização de sua economia, o Município combaterá a miséria, o analfabetismo, o desemprego, a propriedade improdutiva, a marginalização do indivíduo, o êxodo rural, a economia predatória e todas as formas de degradação da condição humana.

Art. 167 – As micro-empresas e as empresas de pequeno porte, assim definidas em lei federal, receberão do Município tratamento jurídico diferenciado, visando ao incentivo de sua criação, preservação e desenvolvimento, através da eliminação, redução ou simplificação de suas obrigações administrativas, tributária e creditícias, por meio de lei

§ 1º - A lei Municipal definirá normas de incentivo às formas associativas e cooperativas às pequenas e micro-unidades econômicas e às empresas que estabelecerem participação dos trabalhadores nos lucros e na sua gestão.

§ 2º - às microempresas e às empresas de pequeno porte municipais, desde que atendam às condições estabelecidas na legislação específica, serão concedidas os seguintes favores fiscais:

I – isenção de impostos sobre serviços de qualquer natureza – ISS ;

II – isenção da taxa de licença para localização de estabelecimento;

III – dispensa da escrituração dos livros fiscais estabelecidos pela legislação tributária do Município, ficando obrigadas a manter arquivadas a documentação relativa aos atos negociais que praticarem ou em que intervierem;

IV – autorização para utilizarem modelo simplificado de notas fiscais de serviços ou cupom de máquina registradora, na forma definida por instrução do órgão fazendário da Prefeitura.

§ 3º – O Município em caráter precário e por prazo limitado definido em ato do Prefeito, permitirá às microempresas se estabelecerem na residência de seus titulares, desde que não prejudiquem as normas ambientais, de segurança, de silêncio, de trânsito e de saúde pública.

§ 4º - As microempresas, desde que trabalhadas exclusivamente pela família, não terão seus bens ou os de seus proprietários sujeitos à penhora pelo Município para pagamento de débito decorrente de sua atividade produtiva.

Art. 168 – O Município que lhe couber, promoverá a pesquisa, o planejamento, o controle e o desenvolvimento da exploração racional dos recursos naturais renováveis e não renováveis em seu território.

§ 1º - as determinações resultantes do planejamento previsto no “caput”, são de execução compulsória por parte dos proprietários das áreas onde se localizam os recursos naturais.

§ 2º - em caso de descumprimento do que estabelece o parágrafo anterior, o Município adotará as providências previstas em lei.

Art. 169 – Incumbe o Município a prestação de serviços públicos, diretamente ou através de licitação sob regime de concessão ou permissão, devendo garantir-lhes a qualidade.

Art. 170 – O Município considerará o capital não apenas como instrumento produtor de lucro, mas também como meio de expansão econômica e de bem-estar coletivo.

Art. 171 – O Município assistirá os trabalhadores rurais e suas organizações legais, procurando proporcionar-lhes, entre outros benefícios, meios de produção e de trabalho, crédito fácil e preço justo, saúde e bem-estar social.

Parágrafo Único – são isentos de impostos as respectivas cooperativas:

Art. 172 – O Município manterá órgãos especializados, incumbidos de exercer ampla fiscalização dos serviços públicos por ele concedidos e da revisão de suas tarifas.

Art. 173 – Os portadores de deficiência física e de limitação sensorial, assim como as pessoas idosas, terão prioridade para exercer o comércio eventual ou ambulante no Município.

CAPÍTULO II DA POLÍTICA URBANA

Art. 174 – A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei federal, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes..

§ 1º - o plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º – a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressas ao plano diretor.

§ 3º – a desapropriação de imóveis urbanos serão com prévia e justa indenização em dinheiro;

Art. 175 O direito à propriedade é inerente à natureza do homem, dependendo seus limites e seu uso da conveniência social.

§ 1º – O Município poderá, mediante lei específica, para área incluída no Plano Diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente de:

I – parcelamento ou edificação compulsória;

II - imposto sobre propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III – desapropriação, com pagamento mediante título da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais;

§ 2º – o disposto no parágrafo anterior só será aplicável a áreas incluídas previamente no Plano Diretor da cidade, como destinadas à:

I – construção de conjuntos habitacionais para residências populares;

II – implantação de vias urbanas ou logradouros públicos;

III – edificação de hospitais, escolas, postos de saúde, creches ou outras construções de relevante interesse social;

Art. 176 – a política municipal de desenvolvimento urbano visa assegurar, dentre outros objetivos:

I – a urbanização, a regularização de loteamentos de áreas fundiárias e urbanas;

II – a cooperação das associações representativas no planejamento urbano municipal;

III – O estímulo à preservação de áreas periféricas de produção agrícola e pecuária.

IV – a garantia da preservação, da proteção e da recuperação do meio ambiente;

V – A criação e manutenção de parques de especial interesse urbano, social, ambiental, turístico e de utilização pública;

VI – a utilização racional do território e dos recursos naturais, mediante controle da implantação e do funcionamento de atividades industriais, comerciais e residenciais e viárias;

Art. 177 – O plano diretor, além de contemplar os aspectos de interesse local e respeitar a vocação ecológica, será compatibilizado com as diretrizes do planejamento e desenvolvimento regional e especificamente disporá sobre:

I – normas relativas ao desenvolvimento urbano;

II – política de formulação de planos setoriais;

III – critério de parcelamento, uso e ocupação do solo e zoneamento, prevendo áreas destinadas a moradias populares, com facilidades de acesso aos locais de trabalho, serviços e lazer;

IV – proteção ambiental;

V – a ordenação de usos, atividades e funções de interesse zonal;

VI – a segurança dos edifícios, sua harmonia arquitetônica, alinhamento, nivelamento, ingresso, saídas, arejamento, número de pavimentos e sua conservação;

VII – delimitação da zona urbana e de sua expansão;

VIII – traçado urbano, com arruamentos, alinhamentos, nivelamento das vias públicas, circulação, salubridade, segurança, funcionalidade e estética da cidade;

§ 1º - O controle do uso e ocupação do solo urbano, implica, dentre outras, nas seguintes medidas:

I – regulamentação do zoneamento;

II – especificação dos usos do solo tolerados em relação a cada área, zona ou bairro da cidade;

III – aprovação ou restrição dos loteamentos;

IV – controle das construções;

V – proteção estética;

VI – preservação paisagística, monumental, histórica e cultural da cidade;

VII – controle de poluição;

§ 2º – a promulgação do Plano Diretor se fará por lei municipal específica, aprovada por maioria de dois terços (2/3) dos votos dos membros da Câmara Municipal, em duas votações, intercaladas de dez (10) dias;

Art. 178 – Aquele que possuir como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º – O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independente do estado civil;

§ 2º – Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º – Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

Art. 179 – Será isento de imposto sobre propriedade predial e territorial urbano, o prédio ou terreno destinado à moradia do proprietário de pequenos recursos, que não possua outro imóvel, nos termos e no limite do valor que a lei fixar.

CAPÍTULO III DA HABITAÇÃO

Art. 180 – O Município estabelecerá política de habitação, a qual deverá prever a articulação e integração das ações da União e do Estado e a participação das comunidades organizadas, bem como os instrumentos institucionais e financeiros para sua execução, visando a solução da carência habitacional, de acordo com os seguintes princípios e critérios:

I – oferta de lotes urbanizados;

II – estímulo e incentivo à formação de cooperativas populares de habitação;

III – atendimento prioritário à família carente;

IV – formação de programas habitacionais pelo sistema de mutirão, autoconstrução e outras formas alternativas;

Art. 181 – A distribuição de recursos públicos priorizará o atendimento das necessidades sociais, os termos da política Municipal de habitação e será prevista no plano plurianual e nos Orçamentos do Município, os quais destinarão 5% (cinco por cento) para programas de habitação de interesse social.

Art. 182 – O montante dos investimentos do Município ou programas habitacionais serão destinados para suprir a deficiência de moradia de famílias de baixa renda, entendidas estas, as que auferem renda igual ou inferior a duas vezes o salário mínimo.

Art. 183 – O município promoverá programas de interesse social, destinados a facilitar o acesso da população à habitação, priorizando:

I – a regulamentação fundiária,

II – a dotação de infra-estrutura básica e de equipamentos sociais;

III – a implantação de empreendimentos habitacionais ;

CAPÍTULO IV DOS TRANSPORTES

Art. 184 – O Município estabelecerá política de transporte público municipal de passageiros, para a organização, o planejamento e a execução deste serviço, ressalvada a competência federal.

Parágrafo Único – a política de transporte público municipal de passageiros deverá estar compatibilizada com os objetivos de seu desenvolvimento e visará:

I – assegurar o acesso da população aos locais de empregos e consumo, de educação e saúde, lazer e cultura, bem como outros fins econômicos e sociais essenciais;

II – otimizar os serviços, para a melhoria da qualidade de vida da população;

III – minimizar os níveis de interferência no meio ambiente;

IV – contribuir para o desenvolvimento e a integração regional e urbana;

Art. 185 – A lei instituirá sistema de transporte coletivo municipal, de passageiros, que será integrado, além das linhas municipais, pelas estações rodoviárias;

Parágrafo Único – a lei de que trata este artigo disporá, obrigatoriamente, sobre:

I – o regime das empresas concessionárias ou permissionárias do serviço de transporte, o caráter especial de seus contratos e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão de concessão ou permissão;

II – o direito dos usuários;

III – as diretrizes para política tarifária;

IV – os níveis mínimos qualitativos e quantitativos dos serviços prestados;

V – as competências específicas e a forma de gestão dos órgãos de gerenciamento do sistema;

VI – os instrumentos de implementação e as formas de participação comunitária;

Art. 186 – É assegurada a gratuidade do transporte coletivo urbano, aos maiores de sessenta e cinco e menores de sete anos de idade e às pessoas portadoras de deficiência física ou mental.

Art. 187 – É assegurado, na forma da lei, à mulher gestante, o acesso privilegiado aos transportes coletivos.

CAPÍTULO V DA POLÍTICA AGRÍCOLA E AGRÁRIA

Art. 188 – Nos limites de sua competência, o Município definirá sua política agrícola, em harmonia como plano municipal de desenvolvimento.

§ 1º – são objetivos da política agrícola:

I – o desenvolvimento da propriedade em todas as suas potencialidades, a partir da vocação e da capacidade de uso do solo, levada em conta a proteção do meio ambiente;

II – a execução de programas de recuperação e conservação do solo, de reflorestamento, de irrigação, de aproveitamento de recursos hídricos e

de outros recursos naturais;

III – a diversificação e rotação de culturas;

IV – o fomento da produção agropecuária e de alimentos de consumo interno, bem como, a organização do abastecimento alimentar;

V – o incentivo à agroindústria;

VI – o incentivo ao cooperativismo, ao sindicalismo e ao associativismo;

VII – a implantação de cinturões verdes nas periferias urbanas;

VIII – incentivo à fixação do homem ao campo;

§ 2º - são instrumentos da política agrícola:

I – o ensino, a pesquisa, a extensão e a assistência técnica;

II – os estímulos à criação de centrais de compra para abastecimento de microempresas, microprodutores rurais e empresas de pequeno porte, com vistas à diminuição do preço final das mercadorias e produtos na venda ao consumidor;

III – o incentivo à ampliação da rede de estradas vicinais, eletrificação e telefonia rural;

IV – o incentivo à manutenção de estoques reguladores de produtos agrícolas, no âmbito municipal, com a finalidade de amenizar os efeitos do período da entre-safra.

Art. 189 – O município definirá formas de participação na política de combate ao uso de agrotóxicos, em especial os herbicidas, objetivando a educação preventiva e assistencial.

Art. 190 – os imóveis públicos rurais não serão adquiridos por usucapião.

Art. 191 – As desapropriações dos imóveis rurais, serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro e não atingirão as hipóteses previstas no artigo 185 da Constituição Federal.

CAPÍTULO VI DO MEIO AMBIENTE

Art. 192 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público Municipal e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, para as gerações presentes e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.

§ 1º – para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público Municipal, cumprir e fazer cumprir entre outras atribuições:

I – incluir em todos os níveis de ensino das escolas municipais a educação ambiental de forma integrada e multidisciplinar, bem como promover a educação da comunidade através de disseminação de informações necessárias ao desenvolvimento da consciência crítica da população para a defesa do meio ambiente;

II – assegurar o livre acesso as informações ambientais básicas e divulgar, sistematicamente, os níveis de poluição e de qualidade do meio ambiente no município;

III – fiscalizar, proteger, recuperar e preservar as florestas, a fauna e

a flora, de forma complementar à União e ao Estado;

IV – prevenir e controlar a poluição, a erosão, o assoreamento, o deslizamento de encostas e outras formas de degradação ambiental;

V – estimular e promover o reflorestamento preferencialmente com espécies nativas, objetivando especialmente a proteção de encostas e dos recursos hídricos;

VI – estimular e promover o uso e a exploração racional dos recursos bioterapêuticos regionais;

VII – estimular a pesquisa, o desenvolvimento e a utilização de fontes de energia alternativa não poluentes, bem como de tecnologias poupadoras de energia;

VIII – implantar e manter hortos florestais destinados a recomposição da flora nativa e à produção de espécies diversas, destinadas à arborização dos logradouros públicos;

IX – promover ampla arborização dos logradouros públicos da área urbana, bem como a reposição dos espécimes em processo de deterioração ou morte;

X – criar parques, reservas, estações ecológicas e outras unidades de conservação, mantê-los sob especial proteção e dotá-los da infra-estrutura indispensável às suas finalidades;

XI – assegurar, defender e recuperar as áreas sob proteção legal, de caráter ambiental e histórico cultural, em especial os estuários e a mata atlântica;

XII – incentivar, participar e colaborar com a elaboração de planos, programas e projetos de proteção ambiental de interesse do município;

XIII – licenciar no território municipal, a implantação, construção ou ampliação de obras ou atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, em especial, edificações, indústrias, empreendimentos agropecuários, parcelamento e remembramento do solo, exigindo o respectivo licenciamento ambiental do órgão estadual competente;

XIV – promover o plantio de plantas frutíferas, às margens das estradas vicinais e floríferas no perímetro urbano;

XV – estabelecer sanções administrativas aplicáveis à condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente à pessoas físicas ou jurídicas, sem prejuízo da obrigatoriedade da reparação dos danos causados;

§ 2º – nas áreas de favelas, cabe a Prefeitura Municipal, elaborar planos e projetos de segurança, expansão e arborização, com vista a proteção ambiental e à salubridade habitacional e promover sua implantação;

Art. 193 – O Município destinará, não menos de cinquenta por cento do total dos recursos provenientes de Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores licenciados no território municipal, para proteção do meio ambiente.

Art. 194 – É vedado ao Poder Público contratar e conceder privilégios fiscais a quem estiver em situação de irregularidade face as normas de proteção ambiental.

Parágrafo Único – As concessionárias ou permissionárias de serviços públicos municipais, no caso de infração as normas de proteção ambiental, não será admitida renovação de concessão ou permissão, enquanto per-

durar a situação de irregularidade.

Art. 195 – O Município deve estabelecer e divulgar normas técnicas de saneamento básico, domiciliar residencial, comercial e industrial, essenciais a proteção, de forma a se evitar contaminação ambiental de qualquer natureza.

Art. 196 – Os resíduos domésticos e comerciais devem ser acondicionados higienicamente, coletados, transportados, tratados e/ou dispostos pelo serviço de limpeza urbana do município em áreas licenciadas previamente pelos órgãos de Meio Ambiente do Estado e Município.

Art. 197 – Os resíduos sólidos especiais patogênicos e tóxicos deverão ser tratados e dispostos em áreas de propriedade do próprio produtor, sendo esta área licenciada previamente pelo órgão do Meio Ambiente do Estado e Município.

Art. 198 – Os estabelecimentos que desenvolve atividades industriais, hospitalares ou ligadas a área de saúde, deverão fazer a triagem do lixo resultante de suas atividades, separando os resíduos patogênicos e tóxicos do restante.

Art. 199 – O resíduo proveniente da limpeza dos rios e canais, de varredura, capinação, podaço, raspagem e lavagem executadas em passeios, vias, logradouros públicos e animais mortos, cuja origem e propriedade não possa ser identificada, será coletado pelo Serviço de Limpeza Pública do Município e dispostos em áreas previamente licenciadas pelo órgão do Meio Ambiente do Estado e Município.

Art. 200 – O produto de varredura e limpeza das áreas internas e externas dos estabelecimentos comerciais ou industriais, deverão ser recolhidos e acondicionados em recipientes padronizados para fins de coleta e transporte do Serviço de Limpeza Urbana Pública, sendo expressamente vedado encaminhá-lo ou depositá-lo nos passeios, linhas d'água, caixas públicas receptoras de águas pluviais, leitos, vias, logradouros públicos e terrenos não edificados.

Art. 201 – O Município deve buscar e implantar soluções técnicas alternativas de reciclagem do lixo e procurar reduzir ao máximo a utilização de material não reciclável e não biodegradável, além de divulgar os malefícios deste material sobre o meio ambiente.

Art. 202 – A destinação final dos resíduos sólidos coletados no município, será realizado de acordo com a conviniência e interesse do órgão público responsável, que deverá observar as técnicas e locais adequados para tratamento e disposição, de modo a não causar prejuízos ao Meio Ambiente ou incômodos a terceiros.

Art. 203 – Será criado na forma da Lei, o Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente – CODEMA, órgão representativo da comunidade e de assessoramento à Prefeitura Municipal, em questões referentes ao equilíbrio ecológico e ao combate à poluição ambiental, em todo território municipal.

Art. 204 – O Município com autorização da Câmara dos Vereadores, poderá estabelecer convênios ou outra forma de acordo com municípios, em especial os que integram a Região e com a União e o Estado, para gestão do meio ambiente.

Art. 205 – O Município deve fiscalizar e usar o seu poder de polícia administrativa junto aos proprietários de veículos automotores que circulam no seu território, em especial na zona urbana, emitindo fumaça com densidade colorimétrica superior ao padrão de 02 na Escala Reingelmann.

Art. 206 – O Município instituirá o Sistema Municipal de Meio Ambiente e criará sua estrutura orgânica para gestão do meio ambiente em seu território.

Art. 207 – O Município deve promover a implantação e manutenção de áreas verdes de preservação permanentes e garantir na área urbana e de expansão urbanas que fique assegurado a proporção de doze metros quadrados de área verde por habitante, excluídas de preservação permanente assegurada pelas legislações federal e estadual, especialmente as áreas correspondentes às margens dos cursos e coleções de águas, bem como aqueles interiores às propriedades privadas.

Art. 208 – Os proprietários de imóveis urbanos (terrenos) que além das restrições já previstas em lei, reservar dez por cento da área do imóvel para a implantação de árvores, incluindo as frutíferas, terão redução no imposto sobre propriedade territorial urbana, a ser fixada em lei.

CAPÍTULO VII DA SAÚDE

Art. 209 – A saúde é direito de todos os municípios e dever do Poder Público, assegurada mediante políticas sociais e econômicas que visem à eliminação do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 210 – Para atingir esses objetivos o Município promoverá:

I – condições dignas de trabalho, saneamento, moradia, alimentação, educação, transporte e lazer;

II – respeito ao meio ambiente e controle da poluição ambiental;

III – acesso universal e igualitário de todos os habitantes do Município às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, sem qualquer discriminação

IV – política específica de combate à verminose e à cárie através do tratamento d'água e sua consequente fluoretação;

V – política didática de prevenção, através de conscientização junto às comunidades carentes, objetivando combater as causas e os efeitos das doenças mencionadas no inciso anterior;

Art. 211 – As ações e serviços de saúde são de natureza pública, cabendo ao poder público sua normatização e controle, devendo sua execução ser feita preferencialmente através de serviços públicos e, complementarmente através de serviços de terceiros.

Parágrafo Único – É vedada a cobrança ao usuário pela prestação de serviços de assistência à saúde mantidos pelo Poder Público ou contratados com terceiros.

Art. 212 – São competências do Município, exercidas pela Secretaria de Saúde ou equivalente:

I – comando do SUS no âmbito do Município, em articulação com a

Secretaria de Saúde do Estado;

II – instituir planos de carreira para os profissionais de saúde, baseados nos princípios e critérios aprovados em nível nacional, observando ainda pisos salariais e incentivos à dedicação exclusiva e tempo integral, capacitação e reciclagem permanentes, condições adequadas de trabalho para a execução de suas atividades em todos os níveis;

III – a assistência à saúde;

IV – a elaboração e atualização periódica do plano municipal de Saúde, em termos de prioridade e estratégias municipais, em consonância com o plano estadual de Saúde e de acordo com as diretrizes do Conselho Municipal de Saúde e aprovados em lei;

V – A elaboração e atualização da proposta orçamentária do SUS para o Município;

VI – a proposição de projetos de leis municipais que contribuam para a viabilização e concretização do SUS no município;

VII – a administração do Fundo Municipal de Saúde;

VIII – a compatibilização e complementação das normas técnicas do Ministério da Saúde e da Secretaria do Estado da Saúde, de acordo com a realidade municipal;

IX – O planejamento e a execução das ações de controle das condições e dos ambientes de trabalho e dos problemas de saúde com eles relacionados;

X – a administração e execução das ações e serviços de saúde e de promoção nutricional, de abrangência municipal ou intermunicipal;

XI – a formulação e implementação da política de recursos humanos na esfera municipal, de acordo com as políticas nacional e estadual de desenvolvimento de recursos humanos para a saúde;

XII – a implementação do sistema de informação em saúde, no âmbito municipal;

XIII – o acompanhamento, avaliação e divulgação dos indicadores de morbi-mortalidade no âmbito do Município;

XIV – o planejamento e a execução das ações de vigilância sanitária e epidemiológica e de saúde do trabalhador no âmbito do Município;

XV – o planejamento e execução, das ações de controle do meio ambiente e de saneamento básico no âmbito do Município;

XVI – a normatização e execução, no âmbito do Município, da política nacional de insumos e equipamentos para a saúde;

XVII – a execução, no âmbito do Município, dos programas e projetos estratégicos para o enfrentamento das prioridades nacionais, estaduais, e municipais, assim como situações emergenciais;

XVIII – a complementação das normas referentes às relações com o setor privado e a celebração de contratos com serviços privados de abrangência municipal;

XIX – a celebração de consórcios intermunicipais para formação de Sistema de Saúde, quando houver indicação técnica e consenso das partes;

XX – organização de Distritos Sanitários com alocação de recursos técnicos e práticas de saúde adequadas à realidade epidemiológica local;

XXI – obrigatoriedade de plantão permanente de ambulância muni-

cipal, em local estratégico e de fácil acesso, do qual será dada ampla publicidade à população, assegurada a utilização da mesma, em casos de emergência, a todos indistintamente;

XXII – instituição de curso preparatório a ser ministrado aos servidores que prestam serviços na área de saúde e que lidam com o público, objetivando a permanente melhoria do atendimento;

Parágrafo Único – Os limites do Distrito Sanitário referidos no inciso XX do presente artigo, constarão do plano diretor do município e serão fixados segundo os seguintes critérios:

- a) área geográfica de abrangência;
- b) adscrição de clientela;
- c) resolutividade dos serviços à disposição da população;

Art. 213 – Ficam criados no âmbito do Município, duas instâncias colegiadas de caráter deliberativo: A conferência e o Conselho Municipal de Saúde;

§ 1º – A Conferência Municipal de Saúde, convocada pelo Prefeito Municipal com ampla representação da comunidade, objetiva avaliar a situação do município e fixar as diretrizes da política municipal da saúde;

§ 2º – O Conselho Municipal de Saúde com o objetivo de formular e controlar a execução da política municipal de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, é composto pelo Governo, representantes de entidades prestadoras de serviços de saúde, usuários e trabalhadores do SUS, devendo a lei dispor sobre sua organização e funcionamento;

Art. 214 – As instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos;

Art. 215 – O sistema Único de Saúde no âmbito do Município, será financiado com recursos do orçamento do Município, do Estado da União, da Seguridade Social, além de outras fontes;

§ 1º – O conjunto dos recursos destinados às ações e serviços de saúde no Município, constituem o Fundo Municipal de Saúde conforme e lei municipal;

§ 2º – O montante das despesas de saúde não será inferior a 10% das despesas globais do orçamento anual do Município, computadas as transferências constitucionais;

CAPÍTULO VIII DO SANEAMENTO BÁSICO

Art. 216 – O Município, juntamente como Estado, instituirá, com a participação popular, programa de saneamento urbano e rural, como medida preventiva de saúde, com os objetivos de promover a defesa da saúde pública, respeitada a capacidade de suporte do meio ambiente aos impactos causados.

Parágrafo Único – O programa de que trata este artigo será regulamentado através de lei estadual no sentido de garantir a maior parcela possível da população e abastecimento de água tratada, a coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários e de resíduos, bem como os

serviços de drenagem e águas pluviais e a proteção dos mananciais potáveis.

Art. 217 – É de competência comum do Estado e do Município implantar o programa de saneamento referido no artigo anterior, cujas premissas básicas serão respeitadas quando da elaboração do Plano Diretor da Cidade.

CAPÍTULO IX

Da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente, do Idoso e da Defesa do Consumidor

SEÇÃO I

Da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do idoso

Art. 218 – O Município desenvolverá política e programas de assistência social e proteção à criança, ao adolescente e ao idoso, portadores ou não de deficiência, com a participação de entidades civis, obedecendo os seguintes preceitos:

I – aplicação na assistência materno-infantil;

II – criação de programas de prevenção à criança e ao adolescente, dependentes de entorpecentes e drogas afins;

III – criação de programas de prevenção, da integração social, preparo para o trabalho, de acesso facilitado aos bens e serviços e à escola, e do atendimento especializado para crianças e adolescentes portadores de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla;

IV – execução dos programas que priorizem o atendimento no ambiente familiar e comunitário;

V – atenção especial às crianças e adolescentes em estado de miserabilidade, exploradas sexualmente, doentes mentais, órfãos, abandonados e vítimas de violência.

VI – o município incentivará as entidades particulares sem fins lucrativos na política do bem estar da criança, do adolescente, da pessoa portadora de deficiência e do idoso, e devidamente registrada nos órgãos competentes, subvencionando-os com auxílio financeiro e amparo técnico.

VII – a família, base da sociedade, tem especial proteção do município, na forma da Constituição Federal e Estadual.

VIII – incentivo à família e à sociedade, no amparo ao idoso, garantindo-lhe o bem estar e uma vida digna, que lhe assegure a integração na comunidade.

IX – O Poder Público Municipal promoverá cursos profissionalizantes a ser ministrados para menores de 16 (dezesseis) anos, preferencialmente aos comprovadamente carentes, capacitando-os para o mercado de trabalho.

Parágrafo Único – A coordenação, o acompanhamento e a fiscalização dos programas a que se refere este artigo, caberão a conselhos comunitários, cuja organização, composição, funcionamento e atribuições serão disciplinadas em lei, assegurada a participação de representante de órgãos públicos e de segmentos da sociedade civil organizada.

SEÇÃO II DA DEFESA DO CONSUMIDOR

Art. 219 – O Município promoverá, justamente com o Estado e a sociedade, ação sistemática de proteção ao consumidor, de modo a garantir-lhe a segurança, a saúde e a defesa de seus interesses econômicos, atuando, objetivamente da seguinte forma:

I – estimular as cooperativas ou outras formas de associativismo de consumo;

II – incentivar a formação de consciência pública, voltada para a defesa dos interesses do consumidor;

III – prestar atendimento e orientação ao consumidor.

TÍTULO V DA SEGURIDADE SOCIAL

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 220 – A Seguridade Social, pelo qual o Município é o responsável, tem como base, o primado do trabalho, e, como objetivo, o bem-estar e a justiça social.

Art. 221 – A Seguridade Social é garantida por um conjunto de ações da União, Estado, Município e da sociedade, destinadas a atornar efetivos os direitos ao trabalho, à educação, à cultura, ao desporto, ao lazer, à saúde, à habitação, ao meio ambiente e a assistência social, assegurados ao indivíduo pelas Constituições Federal e Estadual e esta Lei Orgânica.

§ 1º – Será estimulada e valorizada a participação da população, através de organizações representativas, na integração e controle da execução das ações mencionadas neste artigo.

§ 2º – Os projetos de cunho comunitário terão preferência nos financiamentos públicos e nos incentivos fiscais, além de outros.

Art. 222 – O Município prestará assistência social, visando, entre outros, os seguintes objetivos:

I – proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II – amparo aos carentes e desassistidos;

III – promoção da integração no mercado de trabalho;

IV – habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência, e promoção de sua integração na vida social e comunitária.

Art. 223 – A lei definirá a participação do Município nos programas federais e estaduais, relativos a emprego, segurança e acidente do trabalho, reabilitação profissional, integração de deficientes no mercado de trabalho e outros que assegurem o exercício dos direitos laboriais previstos pela Constituição Federal.

Art. 224 – O Município estimulará a educação preventiva contra o uso de substância entorpecente, em que determinem dependência física e psíquica, e a assistência na recuperação dos dependentes.

Art. 225 — O Município prestará apoio às entidades particulares que desenvolvam ações sociais de atendimento à mulher, em especial, quando vítimas de violência.

Art. 226 — O Município realizará política especial de proteção e atendimento nos deficientes, visando a integrá-los socialmente.

Parágrafo Único — Os logradouros e edifícios públicos serão adaptados para permitir o livre acesso aos deficientes físicos.

CAPÍTULO II

Da educação, da cultura, do desporto, da ciência e tecnologia, da comunicação social e do turismo.

SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 227 — A educação, direito de todos, dever do Município e da família, baseada na justiça social, na democracia, no respeito aos direitos humanos, ao meio ambiente e aos valores culturais, visando o desenvolvimento ao educando como pessoa e à sua qualificação para o trabalho e o exercício da cidadania.

Art. 228 — O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I — igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II — liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III — pluralismo de idéias e da concepção pedagógica, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV — gratuidade do ensino público municipal, em seus estabelecimentos;

V — valorização dos profissionais do ensino, garantindo na forma da lei, planos de carreira para o magistério público municipal, com piso salarial profissional, observado o disposto no inciso X do artigo 84, desta Lei Orgânica e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurando regime jurídico para todas as instituições mantidas pelo município;

VI — gestão democrática do ensino público;

VII — garantia de padrão de qualidade;

Art. 229 — O município complementarará o ensino com programas permanentes e gratuitos de material didático, transporte, alimentação, assistência à saúde e de atividades culturais e esportivas;

§ 1º — Os programas de que trata este artigo serão mantidos nas escolas, com recursos financeiros específicos que não os destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, e serão desenvolvidos com recursos humanos dos respectivos órgãos da administração pública municipal;

§ 2º — O município, através de órgão competente, deverá implantar programas específicos para manutenção de albergues aos estudantes, possuindo ou não vínculo orgânico com algumas instituições.

Art. 230 — É dever do Município:

I — garantir o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiverem acesso na idade própria;

II — manter, obrigatoriamente, respeitadas suas necessidades e pecu-

liaridades, número mínimo de escolas de ensino fundamental completo, com atendimento ao pré-escolar;

III — participar, inclusive conveniado, na manutenção de cursos profissionalizantes, abertos à comunidade em geral;

IV — proporcionar atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

V — incentivar a publicação de obras e pesquisas no campo educacional, promovendo a feira do livro;

VI — auxiliar na manutenção das creches.

Art. 231 — O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público.

§ 1º — O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público Municipal, importa responsabilidade de autoridade competente.

§ 2º — compete ao município recensear os educandários para o ensino fundamental, e fazer-lhes a chamada anualmente;

§ 3º — transcorridos dez dias úteis do período de vaga, incorrerá em responsabilidade administrativa a autoridade municipal competente que não garantir, ao interessado devidamente habilitado, o acesso à escola fundamental;

§ 4º — a comprovação do cumprimento do dever de frequência obrigatório dos alunos do ensino fundamental, será feita por meio de instrumento apropriado, regulado por lei.

Art. 232 — É assegurado aos pais, professores, alunos e funcionários, organizarem-se, em todos os estabelecimentos municipais de ensino, através de associações, grêmios estudantis, círculo de pais e mestres e outras formas;

Parágrafo Único — será responsabilizada a autoridade educacional que embarçar ou impedir a organização ou o funcionamento das entidades referidas neste artigo.

Art. 233 — Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I — comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação

II — assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades;

§ 1º - Os recursos de que trata este artigo, poderão ser destinados a bolsa parcial ou integral de estudo, para o ensino fundamental, na forma da lei, para que os que demonstrarem comprovadamente insuficiência de recursos;

§ 2º — a lei disciplinará os critérios e a forma de concessão e de fiscalização, pela comunidade, das entidades municipais no "caput" a fim de verificar o cumprimento dos requisitos dos incisos I e II.

Art. 234 — O Município aplicará, no exercício financeiro, no mínimo, vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendida e proveniente de transferência, na manutenção e desenvolvimento do ensino público;

Parágrafo Único — É vedada às escolas públicas, a cobrança de taxas ou contribuições a qualquer título.

Art. 235 — O Município organizará o seu sistema de ensino, em regime de colaboração com os sistemas Federal e Estadual.

Art. 236 — Os estabelecimentos públicos municipais de ensino estarão à disposição da comunidade, através de programações organizadas em comum.

Art. 237 — A lei estabelecerá o plano municipal de educação, de duração plurianual, em consonância com os planos nacional de educação, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino, e à integração das ações desenvolvidas pelo Poder Público que conduzem a:

- I — erradicação do analfabetismo;
- II — universalização do atendimento escolar;
- III — melhoria da qualidade do ensino;
- IV — formação para o trabalho;
- V — promoção humanística.

Art. 238 — Lei ordinária disciplina o plano de carreira do Magistério Público Municipal.

Art. 239 — Os diretores das escolas públicas municipais serão escolhidos, mediante a eleição direta e uninominal, pela comunidade escolar, na forma da lei.

Art. 240 — O Município manterá um sistema de bibliotecas escolares, na rede pública municipal, cabendo-lhe a fiscalização.

Art. 241 — O Poder Público Municipal poderá complementar o atendimento aos deficientes, através de convênios com entidades que preenchem os requisitos desta Lei Orgânica.

Parágrafo Único — O órgão encarregado do atendimento ao excepcional regulará e organizará o trabalho das oficinas protegidas por pessoas portadoras de deficiência, enquanto estas não estiverem integradas no mercado de trabalho.

Art. 242 — Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e universal, respeitando-se os valores sócio-culturais e artísticos, nacionais, regionais e municipais.

§ 1º — O ensino religioso e da história do Município, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas do ensino fundamental, sendo obrigatório o ensino dos hinos nacional, de Pernambuco e do município, na rede escolar oficial do município;

§ 2º — a rede oficial de ensino municipal contemplará em seu currículo, fundamentos básicos da organização municipal;

SEÇÃO II DA CULTURA

Art. 243 — O Município estimulará a cultura em suas múltiplas manifestações, garantindo o pleno e efetivo exercício dos respectivos direitos, bem como acesso a suas fontes em nível social e regional, apoiando e incentivando a produção, a valorização e a difusão das manifestações culturais;

Parágrafo Único — é dever do Município proteger e estimular as manifestações culturais de diferentes grupos étnicos formadores da sociedade Nazarena.

Art. 244 — Constitui direitos culturais, garantidos pelo Município:

I — liberdade na criação e expressão artística;

II — acesso à educação artística e ao desenvolvimento da criatividade, principalmente nos estabelecimentos de ensino, nas escolas de arte, nos centros culturais e espaços de associações de bairros;

III — o amplo acesso a todas as formas de expressão cultural, das populares à eruditas e das regionais às universais;

IV — o apoio e incentivo à produção, difusão e circulação dos bens culturais;

V — o acesso ao patrimônio cultural do Município, entendendo-se como tal o patrimônio natural, os bens de natureza material e imaterial, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade nazarena, nos quais incluindo-se entre esses bens:

a) as formas de expressão;

b) os modos de fazer, criar e viver;

c) as criações artísticas, científicas e tecnológicas;

d) as obras, objetos, monumentos naturais e paisagens, documentos, edificações e demais espaços públicos e privados, destinados às manifestações políticas, artísticas e culturais;

e) os conjuntos urbanos e sítios de valores históricos, paisagísticos, artísticos, arqueológico, científico e ecológico.

Art. 245 — O Poder Público, com a colaboração da comunidade, protegerá o patrimônio cultural, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamentos, desapropriações e outras formas de acatamento e preservação;

§ 1º — os proprietários de bens de qualquer natureza, tombados pelo município, receberão incentivos para preservação e conservação, conforme definido em lei;

§ 2º — as instituições públicas municipais ocuparão preferentemente prédios tombados, desde que não haja ofensa à sua preservação.

Art. 246 — O Município manterá, sob orientação técnica do Estado, cadastro atualizado do patrimônio histórico e do acervo cultural, público e privado;

Parágrafo Único — o plano diretor disporá, necessariamente, sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural.

Art. 247 — A lei disporá sobre o sistema de museus, que abrangerá as instituições municipais, públicas e privadas.

Art. 248 — O Município promoverá, apoiando diretamente ou através das instituições oficiais de desenvolvimento econômico, a consolidação da produção teatral, fonográfica, literária, musical, de dança e de artes plásticas, bem como outras formas de manifestação cultural, criando condições que viabilizem a continuidade destas no Município na forma da lei.

Art. 249 — O Município colaborará com as ações culturais, devendo aplicar recursos para atender e incentivar a produção local e para proporcionar o acesso da população à cultura de forma ativa e criativa.

Art. 250 — O Município propiciará o acesso às obras de arte, com a exposição destas em locais públicos e incentivará a instalação e manutenção de bibliotecas na sede do município e distritos.

Parágrafo Único – transcorridos cento e oitenta dias da promulgação desta Lei Orgânica, o Poder Executivo Municipal criará órgãos específicos que cuidará da promoção, incentivo e organização das manifestações, culturais, artísticas e folclóricas, priorizando aquelas que se identifiquem com as preferências da população.

Art. 251 – É dever do Município fomentar e amparar o desporto, o lazer e recreação como direito de todos, observados:

I – a promoção prioritária do desporto educacional, em termos de recursos humanos, financeiros e materiais, em suas atividades, meio e fim;

II – a dotação de instalação esportivas e recreativas para as instituições escolares públicas;

III – a garantia de condição para prática de educação física, do lazer e do esporte ao deficiente físico, sensorial e mental;

IV – abatimento de 50% (cinquenta por cento) nos preços dos ingressos dos eventos esportivos, culturais, artísticos e de lazer em geral, ao estudante devidamente identificado como tal.

Art. 252 – Compete ao município legislar sobre a utilização das áreas de recreação e lazer, sobre a demarcação dos locais destinados ao repouso, à pesca e ao desporto em geral e especificamente sobre:

I – a concessão de subvenção aos clubes de futebol com situação jurídica devidamente regularizada, bem como a Liga Desportiva de Nazaré da Mata e entidades afins;

II – a destinação de imóvel para funcionamento da sede da Liga Desportiva do Município e outras entidades de direção de modalidades desportivas;

III – integração das ações do Departamento de Esportes do Município ou equivalente com as da Liga Desportiva de Nazaré da Mata, ou entidades afins.

SEÇÃO IV DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Art. 253 – Poderá o município, com vistas a promover o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, proporcionar a formação e o aperfeiçoamento de recursos humanos, devendo basear-se no respeito à vida, à saúde, à dignidade humana e nos valores culturais do povo, na proteção, controle e recuperação do meio ambiente, e no aproveitamento dos recursos naturais.

Parágrafo Único – O município destinará recursos, visando fomentar a pesquisa técnico-científica.

SEÇÃO V DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. 254 – A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sobre qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nas Constituições Federal, Estadual e nesta Lei Orgânica.

SEÇÃO VI DO TURISMO

Art. 255 – O Município instituirá política municipal de turismo, e definirá as diretrizes, a observar nas ações públicas e privadas, com vistas a promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

CAPÍTULO III DAS ASSOCIAÇÕES E DOS CONSELHOS MUNICIPAIS

Art. 256 – O Município buscará, por todos os meios ao seu alcance, a cooperação das associações representativas no planejamento municipal.

Parágrafo Único – Para fins deste artigo, entende-se como associação representativa, qualquer grupo organizado, de fins lícitos, que tenha legitimidade para representar seus filiados independentemente seus objetivos ou natureza jurídica.

Art. 257 – A convocação das entidades mencionadas nesta capítulo, far-se-á por todos os meios à disposição do Governo Municipal.

Art. 258 – Os Conselhos Municipais são órgãos governamentais, que têm por finalidade, auxiliar a administração na orientação, planejamento, interpretação e julgamento de matéria de sua competência.

Art. 259 – A lei especificará as atribuições de cada Conselho, sua organização, composição, funcionamento, forma de nomeação de titular e suplente e prazo de duração do mandato.

Art. 260 – Os Conselhos Municipais são compostos por um número ímpar de membros, observando, quando for o caso, a representatividade da administração, das entidades públicas, classistas e da sociedade civil organizada.

CAPÍTULO IV DA TRANSIÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 261 – Até 30 (trinta) dias antes das eleições municipais, o Prefeito Municipal terá de preparar, para entregar ao sucessor e para publicação imediata, relatório da situação da administração municipal que contará entre outras, informações atualizadas sobre:

I – dívidas do município, por credor, com as datas dos respectivos vencimentos, inclusive das dívidas a longo prazo e encargos decorrentes de operações de crédito, informando sobre a capacidade da Administração municipal realizar operações de crédito de qualquer natureza;

II – medidas necessárias à regularização das contas municipais perante o Tribunal de Contas ou órgão equivalente, se for o caso;

III – prestações de contas de convênio celebrados com organismo da União e do Estado, bem como do recebimento de subvenções ou auxílios;

IV – situações dos contratos com concessionárias e premissonárias de serviços públicos;

V – estado dos contratos de obras e serviços em execução ou apenas

formalizados, informando sobre o que foi realizado e pago e o que há por executar e pagar, com o prazo respectivo;

VI — transferências a serem recebidas da União e do Estado por força de mandamento constitucional ou de convênio;

VII — projetos de lei de iniciativa do Poder Executivo em curso na Câmara Municipal, para permitir que a nova Administração decida quanto à conveniência de lhes dar prosseguimento, acelerar seu andamento ou retirá-lo;

VIII — situação dos servidores do Município, seu custo, quantidade e órgãos em que estão lotados e em exercício.

Art. 262 — É vedado ao Prefeito Municipal assumir por qualquer forma, compromissos financeiros para execução de programas ou projetos após o término de seu mandato, não previstos na legislação orçamentária;

§ 1º — o disposto neste artigo não se aplica nos casos comprovados de calamidade pública;

§ 2º — serão nulos e não produzirão nenhum efeito os empenhos e atos praticados em desacordo com este artigo, sem prejuízo da responsabilidade do Prefeito Municipal.

TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 263 — O Município publicará anualmente, no mês de março, a relação completa dos servidores lotados por órgão ou entidades da administração pública direta, indireta e fundacional, em cada um de seus poderes, indicando o cargo ou função e o local de seu exercício, para fins de recenseamento e controle.

Art. 264 — Até a promulgação de lei complementar referida no Art. 169 da Constituição Federal, o Município não poderá despender, com pessoal, mais que sessenta e cinco por cento do valor da receita corrente.

Parágrafo Único — O Município, caso a respectiva despesa de pessoal exceder ao limite previsto neste artigo, deverá retornar àquele limite, reduzindo o percentual excedente à razão de um quinto por ano.

Art. 265 — Até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º, I e II da Constituição Federal, serão obedecidas as seguintes normas:

I — o projeto do plano plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato do Prefeito subsequente, será encaminhado até três meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa;

II — o projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa;

III — o projeto de lei orçamentária do Município será encaminhado até três meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

Art. 266 — Para o recebimento de recursos públicos a partir da Promulgação desta Lei Orgânica, todas as Entidades beneficentes, mesmo as

que já estejam recebendo recursos, serão submetidas a um reexame para a verificação de sua condição de utilidade pública ou benemerência, tal como exige a lei pertinente.

Art. 267 — É assegurado aos servidores públicos municipais, na forma da lei, a percepção de benefício do vale-transporte.

Art. 268 — É assegurado ao ex-Vereador, que tenha exercido dois ou mais mandatos, consecutivos ou não, o direito à percepção de aposentadoria, proporcional ao número de mandato, cabendo à lei específica disciplinar, entre outros direitos sobre:

I — a criação, organização e administração de fundo próprio, responsável pelo suprimento dos encargos pertinentes, bem como a origem dos recursos necessários;

II — a proporcionalidade entre o número de mandatos exercidos e os valores dos respectivos proventos;

III — a concessão de pensão, em caso de falecimento do Vereador, no exercício do mandato, ao cônjuge sobrevivente e/ou seus dependentes;

IV — a reparação financeira devida aos Vereadores que exerceram o mandato, de forma gratuita, por força de ato discricionário do Governo revolucionário, após 1964;

V — concessão de auxílio financeiro para fins de pagamento de despesas médico-hospitalares, inclusive de cirurgia, bem como auxílio-funeral;

Parágrafo Único — é de competência privativa da Câmara Municipal, a regulamentação da matéria constante neste artigo.

Art. 269 — O Município no prazo máximo de dois anos a partir da data da promulgação desta lei, adotará as medidas administrativas à identificação e delimitação de seus imóveis, inclusive, na área rural.

Parágrafo Único — Do processo de identificação participará comissão técnica da Câmara Municipal.

Art. 270 — A revisão desta Lei Orgânica será realizada noventa dias após a revisão da Constituição Estadual, pelo voto de dois terços da Câmara Municipal, em dois turnos de votação com o interstício mínimo de dez dias.

Art. 271 — Esta Lei Orgânica, aprovada e assinada pelos integrantes da Câmara Municipal de Nazaré da Mata, será promulgada pela Mesa e entrará em vigor na data de sua promulgação, revogadas as disposições em contrário.

Nazaré da Mata, em 04 de abril de 1990.

Severino Hermenegildo Patrício
Severino Hermenegildo Patrício
Presidente

Manoel Lourenço da Silva
Manoel Lourenço da Silva
1º Secretário

Antônio Miguel do Nascimento
Antônio Miguel do Nascimento
2º Secretário

Dionaldo José Barata de Oliveira
Dionaldo José Barata de Oliveira
Presidente da Com. Sistematização

Edson Carvalho da Silva
Edson Carvalho da Silva
Relator Com. Sistematização

Paulo Marcelo Barbosa Cavalcanti
Paulo Marcelo Barbosa Cavalcanti
Presidente Com. Redação Final

Alexandre Abdou de Araujo Lima
Alexandre Abdou de Araujo Lima
Relator Com. Redação Final

Edson Gondim Borba
Edson Gondim Borba
Membro da Com. Sistematização

Nilton Farias Correia de Oliveira
Nilton Farias Correia de Oliveira
Vereador Constituinte



ESTADO DE PERNAMBUCO

CÂMARA MUNICIPAL DE NAZARÉ DA MATA

EMENDA Nº 01/99, DE 20 DE ABRIL DE 1999, À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE NAZARÉ DA MATA, ESTADO DE PERNAMBUCO.

Altera os Artigos 83, 270, 271 e 272 da Lei Orgânica do Município de Nazaré da Mata, Estado de Pernambuco, inseri Inciso e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NAZARÉ DA MATA, ESTADO DE PERNAMBUCO, NOS TERMOS DO § 2º DO ART. 40 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, C/C O § 2º DO ART. 202 DO REGIMENTO INTERNO, FAZ SABER QUE O PLENÁRIO APROVOU E ELA PROMULGA A SEGUINTE EMENDA :

EMENDA Nº 01/99.

ART. 1º - O Artigo 83 da Lei Orgânica do Município de Nazaré da Mata, Estado de Pernambuco, passa a vigorar com as seguintes alterações :

“ART. 83 - A administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes do Município obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, além dos relacionados nos Artigos 37 e 38 da Constituição Federal e dos seguintes :

[.....]

XXII - proibição de incorporar, a vencimentos ou proventos, remuneração de qualquer natureza percebidas em razão do exercício de Cargos Comissionados ou Funções de Confiança.”

ART. 2º - Os Artigos 270, 271 e 272 da Lei Orgânica Municipal passam a vigorar com as seguintes modificações :

“ART. 270 - A proibição de incorporar de que trata o Art. 83, Inciso XXII desta Lei Orgânica Municipal, não se aplica aos Servidores Municipais que em 31 de Março de 1999, estejam ocupando Cargo de Provimento em Comissão e em razão do seu exercício tenham sido Remunerados por Vencimento, Representação ou Gratificação a qualquer título, por mais de **04 (quatro) anos ininterruptos** ou **06 (seis) anos intercalados**, facultada a opção de incorporar a Remuneração de maior tempo exercido ou a última de valor superior, quando esta for atribuída por prazo não inferior a 12 (doze) meses, consecutivos ou não.”



ESTADO DE PERNAMBUCO

CÂMARA MUNICIPAL DE NAZARÉ DA MATA

“**ART. 271** - A Estabilidade Financeira prevista no Art. 270 desta lei, aplicar-se-á automaticamente aos Servidores Municipais, inclusive àqueles Servidores Efetivos que antes do ingresso no Serviço Público Municipal por Concurso de Provas ou de Provas e Títulos, tenham exercido Cargo de Provimento em Comissão nos Poderes Legislativo ou Executivo do Município de Nazaré da Mata.”

“**ART. 272** - Esta lei Orgânica, aprovada e assinada pelos integrantes da Câmara Municipal de Nazaré da Mata, Estado de Pernambuco, será promulgada pela Mesa Diretora e entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

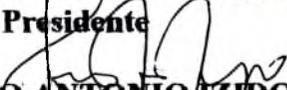
ART. 3º - Esta Emenda a Lei Orgânica Municipal, entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

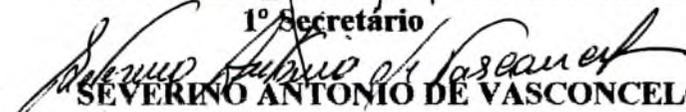
Mesa Diretora da Câmara Municipal de Nazaré da Mata, em 20 de Abril de 1999.


ODÍVIO PESSOA DE VASCONCELOS

Presidente


FERNANDO ANTONIO IZIDORO DE ARAÚJO

1º Secretário


SEVERINO ANTONIO DE VASCONCELOS

2º Secretário



ESTADO DE PERNAMBUCO

CÂMARA MUNICIPAL DE NAZARÉ DA MATA

PROPOSTA DE EMENDA Nº 01/99, À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

A Comissão de Legislação e Redação
EM 30/03/1999
[Signature]
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE NAZARÉ DA MATA

Ementa: Adapta a Lei Orgânica do Município de Nazaré da Mata às modificações introduzidas pela Emenda N.19/98 à Constituição da República, e dá outras providências.

APROVADO POR UNANIMIDADE

EM 01/06/99.
[Signature]
PRESIDENTE

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Nazaré da Mata, Estado de Pernambuco, o Vereador Edenízio Lourenço da Silva e outros, propõem a apreciação do Plenário a seguinte Emenda a Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º- A Lei Orgânica do Município de Nazaré da Mata passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 12-.....

§ 4º- A sessão extraordinária será remunerada quando convocada pelo Prefeito do Município, no período do recesso legislativo, vedado o pagamento da indenização remuneratória em valor superior ao subsídio mensal.

Art. 19-.....

DISCUSSÃO

EM 01 de 06 de 19 99
[Signature]
PRESIDENTE

DISCUSSÃO

EM 20 de 04 de 1999

[Signature]
PRESIDENTE

APROVADO POR UNANIMIDADE

EM 20 de 04 de 1999

[Signature]
PRESIDENTE



ESTADO DE PERNAMBUCO

CÂMARA MUNICIPAL DE NAZARÉ DA MATA

§ 4º- É assegurado ao Presidente da Câmara Municipal de Nazaré da Mata, verba de representação, a título indenizatório, no percentual de 60%, que incidirá sobre o subsídio mensal.

Art. 26-

II- Propor projeto de lei ao plenário, que criem ,extingam ou transforme cargos , empregos ou funções da Câmara Municipal, bem como a fixação da respectiva remuneração, observadas as disposições legais.

Art. 64- Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipal serão fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observados o que dispõe os arts. 37, XI; 39, § 4º; 150, II; 153, III e 153, § 2º da Constituição Federal.

Parágrafo único- O Prefeito e o Vice-Prefeito regularmente terão direito a perceber o subídio quando:

I-.....

II-.....

Art. 2º- Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Nazaré da Mata, 30 de março de 1999

Odívio Pessoa de Vasconcelos
Odívio Pessoa de Vasconcelos

Presidente

[Handwritten signatures]



ESTADO DE PERNAMBUCO

Severino Antônio Izidoro de Araújo

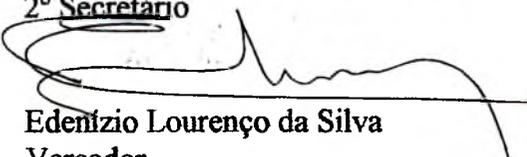
1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE NAZARÉ DA MATA



Severino Antônio de Vasconcelos

2º Secretário



Edénzio Lourenço da Silva

Vereador

JUSTIFICATIVA

A Presente Emenda à Lei Orgânica do Município de Nazaré da Mata, tem por finalidade adequar o ordenamento municipal as normas jurídicas recentemente impostas pela Emenda nº 19, à Constituição Federal, e também, a proposta de Emenda a Constituição Estadual que ora encontra-se em tramitação na Assembléia Legislativa do Estado.





ESTADO DE PERNAMBUCO

CÂMARA MUNICIPAL DE NAZARÉ DA MATA

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER A PROPOSTA DE EMENDA Nº 01/99 À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

ORIGEM DA MATÉRIA : MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL

I N T R O D U Ç Ã O

Chega a esta competente Comissão de Justiça e Redação a Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município de Nazaré da Mata, Estado de Pernambuco, com a finalidade de propor algumas alterações ao texto original da Lei Nº 01/90.

R E L A T Ó R I O

A Matéria em apreço nesta Comissão, trás novos dispositivos sob a alegação de adequação a Constituição da República Federativa do Brasil, dispositivos esses que também foram alvo de modificações na Carta Magna.

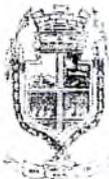
Tais modificações são decorrentes da Promulgação da Emenda Nº 19, à Constituição Federal, devendo portanto se aplicada ao Município.

A Proposta em apreço regula a remuneração dos agentes políticos, institui a figura do subsídio para Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais.

Dispõe ainda, quanto a questão de criação de Cargos Públicos na Estrutura Administrativa da Câmara Municipal, determinado ser por meio de lei, de iniciativa privativa da Câmara, Digo, da Mesa Diretora da Câmara, estabelecendo a participação do Chefe do Poder Executivo.

A N Á L I S E

A matéria em análise encontra-se respaldada na Constituição Federal, sendo necessária sua aprovação por esta Casa Legislativa, pois encontra-se de conforme com a técnica legis



ESTADO DE PERNAMBUCO

CÂMARA MUNICIPAL DE NAZARÉ DA MATA

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer a Proposta de Emenda Nº 01/99.

com a técnica legislativa, juridicamente perfeita e em plenas condições de ser apreciada por esta Casa de Lei.

V O T O D O R E L A T O R

Sou pela aprovação da Proposta de Emenda Nº 01/99, ora em apreço nesta Comissão e, recomendo aos Nobres Pares a sua aprovação na forma como se encontra.

PELA APROVAÇÃO E O PARECER

Edenizio Lourenço da Silva

Relator

DE ACORDO COM O RELATOR :

Alexandre Edson de Araújo Lima

Membro

Luiz Carlos de Almeida Castro

Membro

Nazaré da Mata, em 20 de abril de 1999.



ESTADO DE PERNAMBUCO

CÂMARA MUNICIPAL DE NAZARÉ DA MATA

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL
Nº 01/2002.

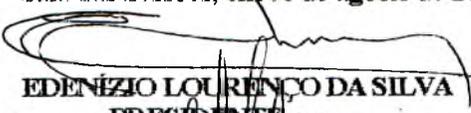
EMENTA Altera e revoga dispositivo da Lei Orgânica do Município de Nazaré da Mata, a fim de adequá-la à Emenda Constitucional nº 20, e à legislação federal correlata, no tocante ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Nazaré da Mata

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NAZARÉ DA MATA, usando de suas atribuições legais, nos termos do artigo 40, § 2º, da lei Orgânica Municipal, faz saber que o Prefeito do Município propôs, o Plenário aprovou e ela PROMULGA esta Emenda à Lei Orgânica Municipal:

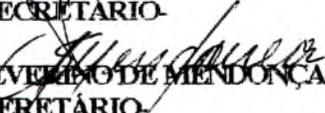
ART. 1º - Fica revogado o artigo 86, e todos os seus parágrafos, da Lei Orgânica do Município de Nazaré da Mata.

ART. 2º - Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 2002.


EDENÍZIO LOURENÇO DA SILVA
-PRESIDENTE-


ALEXANDRE ABDON DE ARAÚJO LIMA
-1º SECRETÁRIO-


DANIEL SEVERINO DE MENDONÇA
-2º SECRETÁRIO-



NAZARÉ DA MATA

PREFEITURA MUNICIPAL
NO CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO



PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL 01/2002

A comissão de Especial

Em, 15 / 07 / 2002.

Presidente

EMENTA: Altera e revoga dispositivos da Lei Orgânica do Município de Nazaré da Mata, a fim de adequá-la à Emenda Constitucional nº 20, e à legislação federal correlata, no tocante ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Nazaré da Mata.

O PREFEITO DE NAZARÉ DA MATA :

FAÇO SABER, que a A Mesa da Câmara municipal de Nazaré da Mata, nos termos do art. 40 da Lei Orgânica do Município, promulga a seguinte emenda:

- Artigo 1º -** Fica revogado o artigo 86, e todos os seus parágrafos, da Lei Orgânica do Município de Nazaré da Mata.
- Artigo 2º -** Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 11 de julho de 2002.

**JAIME CORRÊIA DE SOUZA
PREFEITO -**

1ª DISCUSSÃO

Em, 23 / 07 / 2002.

Presidente

Aprovado por unanimidade

Em, 23 / 07 / 2002.

Presidente



ESTADO DE PERNAMBUCO

CÂMARA MUNICIPAL DE NAZARÉ DA MATA

COMISSÃO ESPECIAL DESIGNADA PARA ANALISAR A PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL nº 01/2002

EMENTA. Dispõe sobre a REVOGAÇÃO do artigo 86, e todos os seus parágrafos, da lei Orgânica Municipal.
RELATOR: Edson Carvalho da Silva

1. APRESENTAÇÃO

Esta Comissão Especial foi designada para analisar e exaurir parecer sobre o Projeto de Lei nº 15/02, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, dispondo sobre o Regime Próprio de Previdência Municipal para os servidores efetivos do município de Nazaré da Mata-PE, e da proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 01/2002.

2. RELATÓRIO

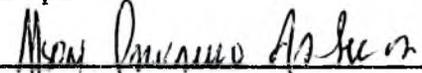
Tal proposição encontra guarita no Projeto de Lei nº 15/2002, que disciplina os casos em que o servidor público municipal será aposentado.

Estando a aposentadoria dos servidores públicos efetivos do município disciplinado na tela do Projeto de Lei nº 15/2002, mudando critério e instituído o sistema contributivo para os casos de aposentadoria, caduca os preceitos estabelecidos no artigo 86 da Lei Orgânica Municipal.

4. PARECER

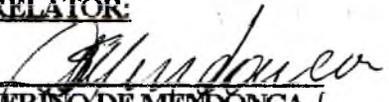
Pelo exposto, considerando a aprovação do Projeto de Lei nº 15/2002, a proposta de Emendas à Lei Orgânica Municipal está em condições de ser aprovado, eis que o direito à aposentadoria contemplados na Emenda Constitucional nº 20, estarão inserido em outro diploma legal.

É o parecer.



EDSON CARVALHO DA SILVA
-RELATOR-

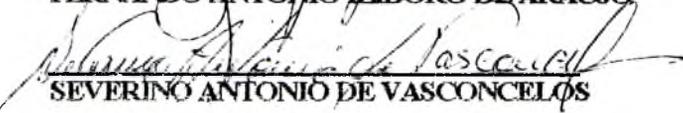
DE ACORDO COM O RELATOR:



DANIEL SEVERINO DE MENDONÇA



FERNANDO ANTONIO IZIDORO DE ARAÚJO



SEVERINO ANTONIO DE VASCONCELOS



ESTADO DE PERNAMBUCO

CÂMARA MUNICIPAL DE NAZARÉ DA MATA

EMENDA Nº 01/2006

À LEI ORGANICA MUNICIPAL

EMENTA: Modifica a redação do inciso XVIII, artigo 66, da Lei Orgânica Municipal, e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NAZARÉ DA MATA, usando de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela **PROMULGA** a seguinte **EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL:**

ART. 1º - O inciso XVIII, artigo 66, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

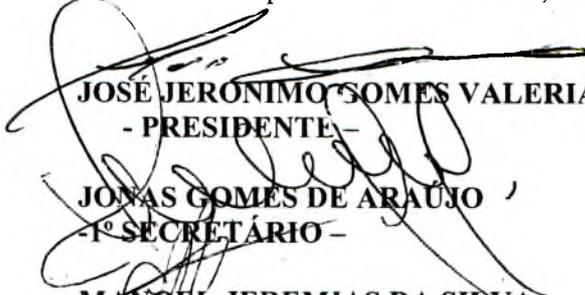
“Art. 66.....

.....
XVIII – prestar informações e encaminhar cópia de atos administrativos, contratos, convênios, empenhos, processos licitatórios, inquéritos administrativos, prestação de contas de convênios e programas governamentais à Câmara Municipal, dentro de trinta dias, quando solicitados na forma regimental por deliberação do Plenário, podendo o prazo ser prorrogado por igual período, a pedido, pela complexidade de matéria ou pela dificuldade de obtenção dos dados solicitados.
.....”

ART. 2º - Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Nazaré da Mata, em 05 de junho de 2006.


JOSE JERONIMO GOMES VALERIANO
- PRESIDENTE -

JONAS GOMES DE ARAUJO
- 1º SECRETÁRIO -

MANOEL JEREMIAS DA SILVA
- 2º SECRETÁRIO -



ESTADO DE PERNAMBUCO

CÂMARA MUNICIPAL DE NAZARÉ DA MATA

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 02/2006

EMENTA: Modifica a redação do Inciso XVIII, artigo 66, da Lei Orgânica Municipal.

Os Vereadores, abaixo assinados, usando de suas atribuições legais, propõe à apreciação do Plenário, a seguinte Emenda à Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º - O Inciso XVIII, do artigo 66, da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 66 -

“XVIII – prestar informações e encaminhar cópia de atos administrativos, contratos, convênios, empenhos, processos licitatórios, inquéritos administrativos, prestação de contas de convênios e de programas governamentais à Câmara Municipal, dentro de trinta dias, quando solicitada na forma regimental por deliberação do plenário, podendo o prazo ser prorrogado por igual período, a pedido, pela complexidade da matéria ou pela dificuldade de obtenção dos dados e documentos solicitados”

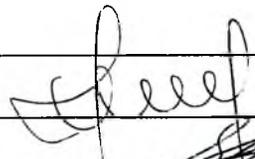
.....
Art. 2º - Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

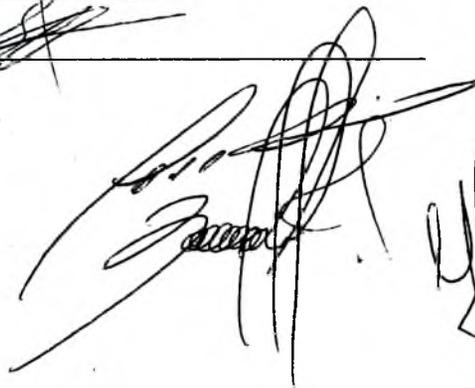
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda objetiva subsidiar a atuação da Câmara Municipal no consagrado dever constitucional de fiscalizar o Poder Executivo Municipal. Por oportuno, a Emenda acaba com o celeuma interpretativo de que “a solicitação de cópia de documentos não encontra guarita no dispositivo que trata de solicitação de informação”. Com efeito, o atendimento do pleito de solicitação de cópia de documentos robustecerá o exercício das atribuições de fiscalização, controle e assessoramento dos atos do poder executivo

Plenário, 15 de maio de 2006.









CÂMARA MUNICIPAL NAZARÉ DA MATA - PE



EMENDA Nº 01/2011 A LEI ORGANICA MUNICIPAL

Ementa: Dá nova redação ao artigo 11 da LOM, fixando a composição da Câmara Municipal de Nazaré da Mata

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Nazaré da Mata, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela **PROMULGA** a seguinte **EMENDA à LEI ORGÂNICA MUNICIPAL:**

Art. 1º - O artigo 11 da Lei Orgânica do Município de Nazaré da Mata, passa a ter a seguinte redação:

Art. 11 - A Câmara Municipal de Nazaré da Mata é composta por 13(treze) Vereadores, eleitos pelo sistema proporcional, como legítimos representantes do povo.

§ 1º - Para fins de sua composição a Câmara Municipal de Nazaré da Mata observará os seguintes limites inerentes a sua população:

- I. 13(treze) Vereadores, quando a população for igual ou superior a 30.000 até 50.000 habitantes;
- II. 15 (quinze) quando a população for igual ou superior a 50.000 até 80.000 habitantes;
- III. 17(dezessete) quando a população for igual ou superior a 80.000 até 120.000 habitantes;
- IV. 19 (dezenove) quando a população for igual ou superior a 120.000 até 160.000 habitantes;



CÂMARA MUNICIPAL NAZARÉ DA MATA - PE



- V. 21(vinte e um) quando a população for igual ou superior a 160.000 até 300.000 habitantes;

§ 2º - A população do município, para os fins deste artigo, será a constante da estimativa mais atualizada do órgão oficial de estatística

§ 3º - A Composição da Câmara Municipal, em outras faixas de crescimento populacional, observará o contido no artigo 29, IV, da Constituição Federal.

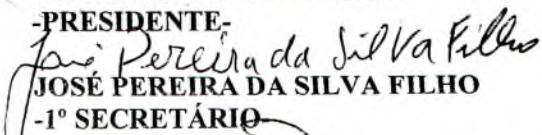
ART. 2º - Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos legais a partir do pleito eleitoral municipal de 2012, para a legislatura iniciada em 1ª de janeiro de 2013.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Nazaré da Mata, em 21 de setembro de 2011.


JONAS GOMES DE ARAÚJO

-PRESIDENTE-


JOSÉ PEREIRA DA SILVA FILHO

-1º SECRETÁRIO


MARISTELA MARIBEL DE PONTES ARAÚJO

-2ª SECRETÁRIA-



Câmara Municipal de Nazaré da Mata - PE
Casa Joaquim Nabuco

EMENDA Nº 01/2013

À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Ementa: altera o § 5º do artigo 17 e o caput do artigo 18 da Lei Orgânica Municipal.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NAZARÉ DA MATA, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que o Plenário **APROVOU** e ela **SANCIONA** a seguinte Emenda à Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º - O parágrafo 5º do artigo 17 da lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação.

Art. 17 - [...]

§ 1º

§ 2º

§ 3º

§ 4º

§ 5º - a eleição da Mesa da Câmara, para o segundo biênio, far-se-á na data e horário previsto no regimento Interno da Câmara Municipal.

Art. 2º - O artigo 18 da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 18 - O mandato da Mesa Diretora será de dois anos, permitida a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.



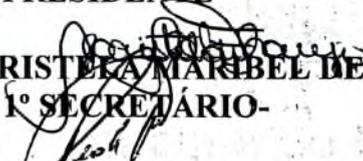
Câmara Municipal de Nazaré da Mata - PE Casa Joaquim Nabuco

Art. 3º - Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se a Emendas à Lei Orgânica Municipal nº 01/2010, datada de 03 de maio de 2010, e todas as disposições em contrário.

Sala das sessões, em 04 de novembro de 2013.


LEONARDO CARNEIRO TEOBALDO
- PRESIDENTE -


MARISTELA MARIBEL DE FONTES ARAÚJO
- 1º SECRETÁRIO -


PEDRO GOMES DE FARIAS NETO
- 2º SECRETÁRIO -



**CÂMARA MUNICIPAL
NAZARÉ DA MATA - PE**



PROPOSTA DE EMENDA Nº 01/2013

À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Ementa: altera o § 5º do artigo 17 e o caput do artigo 18 da Lei Orgânica Municipal.

O Vereadores abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais, propõem à apreciação do Plenário o seguinte Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º - O parágrafo 5º do artigo 17 da lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação.

Art. 17 - [...]

§ 1º

§ 2º

§ 3º

§ 4º

§ 5º - a eleição da Mesa da Câmara, para o segundo biênio, far-se-á na data e horário previsto no regimento Interno da Câmara Municipal.

Art. 2º - O artigo 18 da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 18 - O mandato da Mesa Diretora será de dois anos, permitida a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

Art. 3º - Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação.



CÂMARA MUNICIPAL NAZARÉ DA MATA - PE



Art. 4º - Revogam-se a Emendas a Lei Orgânica Municipal nº 01/2010, datada de 03 de maio de 2010, e todas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Prezados Pares.

A proposta de Emenda à lei Orgânica Municipal nº 01/2013, tem como pressuposto a recondução do Mandato da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Nazaré da Mata.

Até o ano de 2010, existia a recondução dos membros da Mesa Diretora para o mandato subsequente, mas, por razões interna corporis, foi editado a Emenda nº 01/2010, vetando tal recondução.

De certo, Alvo de questionamento jurídico, o mandato de mesas diretivas de casas parlamentares, tem motivado em diversas localidades o ajuizamento de pleitos judiciais, atacando sua constitucionalidade. Nessas tem-se argumentado que o artigo 57 §4º da Constituição Federal de 1988 - que prevê o mandato dos membros das mesas diretoras da Câmara Federal e do Senado em dois anos vedando a reeleição para os mesmos cargos na mesma legislatura (reproduzido similarmente na Constituição do Estado de São Paulo) - seria "princípio constitucional" de seguimento obrigatório pelas Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais.

Tal tese tem inclusive encontrado guarida de alguns tribunais de justiça estaduais, que ratificam tal posicionamento no que tange às constituições de cada Estado. Ocorre porém que com a adoção de tal posicionamento, acabam por violentar a autonomia dos entes federativos advinda da própria Constituição vigente, além de afrontarem ao entendimento da mais alta Corte Julgadora do País, qual seja o Egrégio Supremo Tribunal Federal, à qual aliás, compete a guarda da Constituição Federal.

O Supremo Tribunal Federal, tem reiterado que a norma atinente ao mandato, de mesa diretiva das casas parlamentares do Congresso Nacional, não é princípio constitucional, sendo antes sim norma de caráter meramente regimental para tais casas (norma "interna corporis"), não sendo portanto de seguimento obrigatório pelos entes federativos (estados e municípios), os quais podem dispor de forma diversa em suas constituições estaduais e leis orgânicas. Julgamentos, ora em sede cautelar, ora julgamentos meritórios das próprias ações, foram nesse sentido prolatados, quanto às normas de tal cunho, referentes à



CÂMARA MUNICIPAL NAZARÉ DA MATA - PE



Assembléias Legislativas, inseridas nas Constituições Estaduais do Rio de Janeiro, Rondônia, Amapá, entre outras (ADIn 792-1, ADIn 1528 e ADIn 793).

Vários são portanto os municípios e estados que inseriram o mandato de um ano com reeleição, para suas Casas Legislativas, alguns gerando casos de Ações Diretas de Inconstitucionalidade, felizmente julgadas improcedentes. Outros casos ainda na esfera da justiça estadual, tem encontrado entendimento contrário ao proclamado pelo Supremo Tribunal Federal; outrossim são julgamentos esses que estão no contrafluxo das decisões do STF, Corte guardiã da Constituição Federal e seus princípios e esfera jurisdicional superior à do Judiciário dos Estados.

A Constituição do Estado de São Paulo, repete, no tocante ao mandato da Mesa da Assembléia Legislativa, o que prevê o art. 57 § 4º da Constituição Federal, pelo que caberia também a aplicação do entendimento do E. STF, outrossim o E. Tribunal de Justiça do nosso Estado tem apresentado entendimento contrário àquele, o que auguramos possa ser revisto por aquela Egrégia Corte Estadual, considerando os ilustres Juristas que a compõem.

Conforme publicou a Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, "*Lei Orgânica que dispõe diferentemente da Constituição Estadual, sem ferir princípios, tem sido suficiente para que Tribunais de Justiça declarem inconstitucional norma municipal frente à Carta do Estado, exorbitando, com a devida vênia, a sua competência constitucional*" (Revista do TCEMG nº 3/1997, pp.83 e ss.); confirma-se assim tal incoerência interpretativa de alguns Tribunais de Justiça.

O Prof. Michel Temer, em sua obra "Elementos de Direito Constitucional" (10ª ed. Pag. 87, Malheiros Editores) leciona: "*Trata-se de obediência a princípios, Não de obediência à literalidade das normas. A Constituição estadual não é mera cópia dos dispositivos da Constituição Federal. Princípio, como antes ressaltamos, amparados em Celso Antonio Bandeira de Mello, é mais do que norma: é alicerce do sistema, é sua viga mestra... Tudo a indicar que a competência atribuída aos Estados-Membros para se auto-organizarem não é de molde a obrigar mera reprodução do texto federal. Nisso, aliás, o constituinte mostrou-se atento ao princípio federativo.*"

Parecer publicado no Boletim de Direito Municipal de Marco de 1998 (Ed. NDJ, S. Paulo) de autoria do Dr. Virgílio Mariano de Lima, sobre a questão deixa patente: "*Constituições estaduais ou leis orgânicas que disponham diferentemente do texto constitucional federal (§ 4º do art. 57) não serão inconstitucionais porque aquela norma é específica para o Congresso Nacional e não chega a se constituir em qualquer princípio de observância obrigatória pelos demais entes federados. O que*



CÂMARA MUNICIPAL NAZARÉ DA MATA - PE



as Constituições estaduais e as LOM têm que observar são os princípios constitucionais e não meras normas sem aquele caráter. Bem por isso é que as LOM não devem observância a qualquer norma de Constituições Estaduais – e nem estas à norma federal – que diga respeito a mandatos de Mesas dos Parlamentos, eis que não há qualquer hierarquia entre elas. Desta forma, tanto as Assembléias Legislativas quanto as Câmaras Municipais podem dispor diferentemente da Constituição Federal quanto à duração do mandato de suas respectivas Mesas, como permitir a recondução de seus membros na mesma legislatura."

O saudoso jurista Edílio Ferreira, autor de várias obras jurídicas acerca do Direito Municipalista e de inúmeros trabalhos publicados pela Revista dos Tribunais entre outras, publicou também no Boletim de Direito Municipal de janeiro de 1998 (Ed. NDJ, S.Paulo), brilhante trabalho, onde define os princípios constitucionais que devem ser seguidos pelos entes federativos, monografia intitulada "Os princípios constitucionais e as decisões dos Tribunais de Justiça – comentário ao Acórdão da ADIn nº 793-9-RO/STF", onde reproduz o referido julgado e assevera: "O Supremo Tribunal Federal, no Acórdão da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 793-9-RO (3 de abril de 1997

nitidamente a diferença entre princípios constitucionais, de cumprimento obrigatório pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e de normas que não são essenciais à estrutura federativa. Consideramos da maior relevância, para a autonomia dos Municípios, o conteúdo do referido acórdão, principalmente porque muitos dos Tribunais de Justiça de diversos Estados da Federação tem declarado inconstitucionais dispositivos de Leis Orgânicas Municipais que não ferem princípios, mas que não reproduzem meras normas de Constituições Estaduais, que não integram o elenco de competências do Estado-membro com relação aos Municípios. Tal distorção tem desfigurado as Leis Orgânicas Municipais e representa um desrespeito ao princípio federativo.";

Petrônio Braz, na obra "Direito Municipal na Constituição – Doutrina, prática e legislação", 1ª ed., 1994, Ed. Livraria de Direito Ltda. deixa claro: "A Mesa da Câmara pode ser eleita para períodos de um ou dois anos, conforme dispuser o Regimento Interno da Câmara, por se tratar de matéria de competência privativa do Poder Legislativo, de natureza *interna corporis*" (obra citada, pag.207); também Hely Lopes Meirelles em sua obra "Direito Municipal Brasileiro" – Malheiros Editores, 7ª Ed. - Atualizada por Izabel C.L. Monteiro e Yara Darcy Police Monteiro - menciona à pag. 498 da referida obra, na nota nº 71: "Pode a Mesa ter mandato inferior a 2 anos";



CÂMARA MUNICIPAL NAZARÉ DA MATA - PE



O Supremo Tribunal Federal no acórdão da ADIn 793-9-RO/STF, deixou claro a questão da autonomia dos entes federativos no que concerne ao mandato de Mesa Diretiva das Casas Parlamentares; ao examinar a Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pelo Partido dos Trabalhadores em face de dispositivos legais da Constituição do Estado de Rondônia, entre eles, um que prevê mandato de dois anos com reeleição para a Mesa Diretiva da Assembléia Legislativa do referido estado, indeferiu pedido de liminar e posteriormente julgou constitucional o dispositivo que prevê a reeleição de Mesa Diretora para os mesmos cargos, (C. E. Rondônia - Art.29, I, b - "será de dois anos o mandato para membros da Mesa Diretora, sendo permitida a recondução para o mesmo cargo na mesma Legislatura"), deixando patente que:

"EMENTA: CONSTITUCIONAL. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL: MESA DIRETORA: RECONDUÇÃO PARA O MESMO CARGO. Constituição do Estado de Rondônia, art: 29, inc. I, alínea b, com a redação da Emenda Constitucional Estadual nº 3/92. C.F., art. 57, § 4º

.....

I. - A norma do § 4º do art. 57 da C.F. que, cuidando da eleição das Mesas das Casas Legislativas federais, veda a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, não é de reprodução obrigatória nas Constituições dos Estados-membros, porque não se constitui num princípio constitucional estabelecido.

.....

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por decisão unânime, julgar parcialmente procedente a ação direta para declarar inconstitucional o inciso I do § 1º do art.48, da Constituição do Estado de Rondônia, na redação que lhe deu a Emenda Constitucional nº 03/92, e constitucional a alínea b do inciso I do art. 29 da mesma Constituição. Votou o Presidente, Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Marco Aurélio. Brasília, 03 de abril de 1997. Sepúlveda Pertence - Presidente; Carlos Velloso - Relator."

.....

Foram solicitadas informações à Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, estando estas às fls.28/34. O Presidente da Assembléia Legislativa afirmou, em resumo, que:



CÂMARA MUNICIPAL NAZARÉ DA MATA - PE



"A questão - aparentemente importante do ponto de vista teórico - perdeu qualquer relevo depois que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Representação nº 1.245-0 RN - decidiu, sob o regime da Carta de 1969, que não se inclui entre os princípios essenciais, a que os Estados devam obediência, a regra da Constituição Federal que proíbe a reeleição dos membros das Mesas Diretoras das Casas Legislativas (RTJ 119/964)."

Por sua vez, o eminente Procurador Geral da República, Prof. Geraldo Brindeiro, às fls. 65/72, assim se manifestou sobre a questão:

parece-nos não ter razão o Requerente quanto à alegada inconstitucionalidade da alínea b, do inciso I, do art. 29, da Constituição do Estado de Rondônia, na redação da EC nº 3/92, que permite "a recondução para o mesmo cargo na mesma legislatura," na composição da Mesa da Assembléia Legislativa. Penso que está correta a orientação jurisprudencial desta Colenda Corte no julgamento da Representação nº 1.245";

a norma constante do art. 57, § 4º, da Constituição Federal não se configura como princípio constitucional, porque é regra regimental incluída no texto da Constituição, e que se refere a eleição interna corporis pelas Casas Legislativas. O princípio constitucional de irreelegibilidade aplicável às Constituições Estaduais é o do art. 14, § 5º, da Carta Federal, que se refere à eleição pelo eleitorado;

a estruturação do Estado-Membro deve obedecer a "princípios" constitucionais, mas não a regras sobre composição das Mesas Legislativas, que não são essenciais à estrutura federativa;

O Ministro Carlos Velloso em seu voto, destaca novamente o posicionamento da PGR através do Dr. Geraldo Brindeiro:

"(...)12. Na verdade, a norma constante do art. 57, § 4º da Constituição Federal, não inclui, a rigor, princípio constitucional, mas sim regra aplicável à composição das Mesas do Congresso Nacional. O Constituinte federal optou por incluir norma que seria de natureza regimental no texto da Constituição, não cabendo nenhuma analogia com a norma constitucional do art. 14, § 5º (esta sim encerrando princípio constitucional de irreelegibilidade aplicável às Constituições Estaduais quanto aos Governadores)*, que se refere obviamente a eleição pelo eleitorado e não eleição interna corporis pelas Casas Legislativas."



CÂMARA MUNICIPAL NAZARÉ DA MATA - PE



(* Nota pessoal: a vedação de recondução referida já não mais perdura após a E.C. nº 16 de 4.6.97)

"13. É bastante considerar, aliás, que o art. 27, caput, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, referindo-se expressamente às "regras" que os Estados da Federação devem seguir quanto à composição das Assembléias Legislativas, mandatos, remuneração, sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, licenças e impedimentos, nada estabeleceu quanto à eleição das Mesas.

14. É verdade que a Federação brasileira, até mesmo por razões históricas, tem peculiaridades quanto ao elevado nível de centralização relativamente aos limites à capacidade de auto-organização dos Estados-Membros. A Constituição Estadual é o instrumento pelo qual o Estado-Membro se organiza politicamente, isto é, organiza os seus Poderes e a declaração de direitos. A estruturação do Estado-Membro, todavia, tendo em vista tratar-se de Poder Constituinte decorrente, deve obedecer a "princípios" constitucionais, como os chamados princípios sensíveis da federação (art.34, inciso VIII), princípios relativos a direitos e garantias fundamentais, alguns relativos ao processo legislativo ou aos servidores públicos (art.37, caput), dentre outros, mas não, a regras sobre composição das Mesas das Assembléias Legislativas. Tais regras evidentemente não são essenciais à estrutura federativa e, a rigor, nem mesmo constituem princípios constitucionais mas sim normas de natureza regimental.

15. Os limites à autonomia dos Estados-Membros da Federação quanto à sua capacidade de se auto-organizarem dizem respeito a princípios e não a toda e qualquer norma constitucional federal, sendo que muitas delas - tendo em vista a extensão e o caráter analítico da Carta Federal - nem mesmo tem a natureza de normas constitucionais. Não há, assim, obrigatoriedade constitucional no sentido de que o Constituinte Estadual copie cada regra constante da Carta Federal, reduzindo praticamente a nada sua autonomia e inerente capacidade de auto-organização e retirando sentido para a existência das Constituições Estaduais.

(....)

19. A norma constante do art. 57, § 4º, da Constituição Federal, pois, além de não constituir norma-princípio inerente e essencial à Federação e à República - tendo, na verdade, natureza eminentemente regimental, não está entre aquelas que devem ser compulsoriamente observadas pelo Poder Constituinte dos Estados Federados. Não há, assim, a alegada inconstitucionalidade do disposto no art. 29, inciso I, alínea b, da Constituição do Estado de Rondônia, na redação da Emenda Constitucional Estadual nº 3/92."



CÂMARA MUNICIPAL NAZARÉ DA MATA - PE



Por fim, o referido Ministro Carlos Velloso em seu voto, decidiu:

"A norma do § 4º do art. 57 não constitui um princípio constitucional. Ela é, na verdade, simples regra aplicável à composição das Mesas do Congresso Nacional, norma própria, aliás, do regimento interno das Câmaras.

(...)

A regra, portanto do § 4º do art. 57 da Constituição Federal não se constitui, por isso mesmo, numa norma constitucional de reprodução obrigatória nas constituições estaduais.

Dir-se-á que a regra inscrita no § 4º do art. 57 da Constituição Federal é conveniente e oportuna. Penso que sim. As Assembléias Legislativas dos Estados-membros e as Câmaras Municipais deviam inscrevê-la nos seus regimentos, ou as Constituições Estaduais deviam copiá-la. A conveniência, no caso, entretanto, não gera inconstitucionalidade, mesmo porque não se pode afirmar que a não proibição da recondução fosse desarrazoada. É dizer, o princípio da razoabilidade não seria invocável, no caso.

Ademais, é bastante significativo o fato de o Supremo Tribunal Federal, sob o pálio de uma Constituição que consagrava um federalismo centripetista, tal é o caso da Constituição pretérita, Ter decidido no sentido de que norma igual, que se inscrevia na alínea f do parágrafo único do art. 30 da Constituição de 1967, não se incluía entre os princípios a que os Estados-membros deviam obedecer compulsoriamente: Rep. 1.245-RN, Relator o Ministro Oscar Corrêa, RTJ 119/964.

Tenho a ação como improcedente, pois, no ponto."

(Acórdão da ADin 793-9-RO/STF - cópia anexa)

De igual forma o STF julgou outros casos de arguição de inconstitucionalidade, decidindo identicamente, vide: ADin 792-1 - Reeleição de Mesa Diretiva da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro; ADin 1528- 1- Reeleição de Mesa Diretiva da Assembléia Legislativa do Amapá - cópias anexas;

A tese do Supremo Tribunal Federal proclamada na ADin 793-9, se aplica também em sede de município, pois o tratamento como ente federativo é o mesmo. **Inexiste assim inconstitucionalidade em leis orgânicas que disponham quanto ao mandato de suas mesas diretivas parlamentares diversamente do que dispôs a Constituição Federal para as Casas Parlamentares do Congresso, sendo assim constitucional tal norma e por conseguinte reeleição de Mesa Diretiva que ocorra na mesma legislatura.** Com a



CÂMARA MUNICIPAL NAZARÉ DA MATA - PE



devida vênia, aos entendimentos contrários, mas não há qualquer afronta às regras atinentes à estruturação do Estado, e quão pouco, pode-se questionar ou macular reeleições ocorridas sob pálio de "imoralidade ou improbidade" "mesmo que interna corporis", pois não contrariam a Carta Magna federal, na repetição dos princípios a que devam os Municípios em suas Leis Orgânicas .

Se a norma do art. 57 § 4º da Constituição Federal se constituísse princípio a ser seguido pelos demais entes federativos, logo teríamos que toda norma referente ao Congresso seria aplicável aos estados e municípios em suas Casas Parlamentares como princípio constitucional; logo seria de indagar-se, qual a serventia das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais, se constituíssem meras cópias da Carta Magna Nacional ?; Atente-se que a Constituição Federal estatuiu o atinente aos Estados Federados em seus arts. 25 a 28 e aos Municípios em seus artigos 29 a 31, não estabelecendo nesses, prazo de duração de mandato de mesas parlamentares nem tampouco vedação à possíveis reeleições, sendo que o art. 11 do ADCT confirma o entendimento exarado pelo STF.

Há casos como o da Lei Orgânica de Mogi das Cruzes (SP), cujo artigo 64 prevê mandato de mesa parlamentar de um ano com possibilidade de uma única reeleição, que ao fim acaba tendo idêntico efeito do que previu o Constituinte para as Casas Parlamentares do Congresso Nacional.

É o que ponderou o ilustre jurista e ex-Procurador Geral da República, Dr. Aristides Junqueira Alvarenga, conforme matéria publicada no jornal "Mogi News" de 09 de janeiro p.p., sob título "Reeleição da Mesa da Câmara é legal, diz ex-procurador geral da República", onde o mesmo comenta a situação do citado município (situação essa entretanto, a qual felizmente conseguimos reversão junto ao ilustre Ministro Presidente do STF): "O Supremo Tribunal Federal já disse que é constitucional a reeleição de Mesas Diretivas e ele (o STF) é o guardião da Constituição Federal", e pondera a reportagem: "Se o mandato não ultrapassar dois anos, explica, não fere os princípios da Constituição Federal. No caso específico da Câmara Municipal de Mogi, Junqueira diz não encontrar ilegalidade uma vez que a Lei Orgânica do Município (LOM) foi alterada, em 1992, desmembrando o mandato, que era de dois anos, para um ano. Junqueira ainda reforça essa tese lembrando que o Estado e a União, no caso de reeleição de Mesas Diretivas, não podem intervir na esfera municipal porque não é um princípio constitucional obrigatório." (cópia do jornal anexo) E vai mais além: "Para Junqueira a reeleição de Mesas Diretivas das Casas Legislativas é uma questão "interna corporis", ou seja, peculiar da própria instituição. Qualquer interferência do Judiciário nesta questão me parece uma quebra do princípio de independência e harmonia dos Poderes, conforme consta no artigo 2º da Constituição", avalia o ex-procurador geral da República."



CÂMARA MUNICIPAL NAZARÉ DA MATA - PE



Tal entendimento aliás já houvera sido proferido pelo STF em **outubro de 1987**, ao julgar a **Representação nº 1.245-0 RN**, ainda sob regime da Carta Constitucional de 1967, sendo que desde então já proclamavam que normas atinentes a mandato e reeleição de mesa diretiva de Assembléias Legislativas não se incluíam entre os princípios constitucionais aos quais os Estados devessem obediência.

Em que pese tratar-se de entendimento proclamado pelo Supremo Tribunal Federal, ainda existem aqueles que persistem em entender diversamente, gerando ações judiciais, como aquelas ajuizadas em face do artigo 64 da Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes, e cujas liminares concedidas deixaram o Legislativo Municipal acéfalo por mais de trinta dias, em grave dano à ordem pública e institucional.

Outrossim, conforme mencionamos, a Edilidade Mogiana, recorreu ao D. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Celso de Mello, o qual suspendeu a liminar concedida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo que impedia a recondução dos Vereadores reeleitos para a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes (SP), comunicando também sua decisão ao Juízo de 1º Grau, que encontra-se apreciando Ação Civil Pública intentada pelo Ministério Público para o mesmo fim, que coerentemente seguiu a r. decisão do STF, revogando a liminar concedida.

O caso da Edilidade Mogiana outrossim é de grande importância em termos de autonomia municipal, sendo o primeiro concernente a legislativo municipal no Estado de São Paulo, tendo sido notícia na imprensa nacional, a exemplo do "Diário do Comércio do Rio de Janeiro", Jornal "Mogi News", além de registrado pela Assessoria de Imprensa do S.T.J. em Brasília - DF, entre outros, bem como nas páginas da Internet de: Notícias do Supremo Tribunal Federal e OAB do Estado de São Paulo (Info News).

No Estado de Minas Gerais, também a Câmara Municipal de Galiléia obteve semelhante decisão, preservando dispositivo de sua Lei Orgânica atinente a mandato e reeleição da mesa diretiva de seu Legislativo, entretanto o que a difere do caso de Mogi das Cruzes (SP), é que a Edilidade Mogiana já houvera realizado eleição para sua Mesa Diretiva, sendo que as ações judiciais foram promovidas posteriormente a essa, e pelo deferimento de liminar tanto em 1ª como 2ª Instância, impediram a posse dos reeleitos causando assim a paralisação temporária das funções legislativas; destarte a r. decisão do E. STF foi redentora e peculiar, pois gerou efeitos diretos na Ação Direta de Inconstitucionalidade e indiretos na Ação Civil Pública.

Para conhecimento da comunidade jurídica e enriquecimento da jurisprudência, reproduzimos o teor da r. decisão da D. Presidência do Supremo Tribunal Federal, que



CÂMARA MUNICIPAL NAZARÉ DA MATA - PE



obtivemos em nosso pleito, a qual sem dúvidas, é de grande valia às Casas Legislativas Municipais.

"PETIÇÃO N. 1.659-9 SÃO PAULO
RELATOR: MINISTRO CELSO DE MELLO (PRESIDENTE)
REQUERENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
REQUERIDO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

"**DECISÃO**: Trata-se de **pedido de contracautela** formulado pela Câmara Municipal de Mogi das Cruzes/SP, que, invocando a norma inscrita no art. 4º da Lei nº 8.437/92, **pretende ver suspensa** a eficácia da medida cautelar concedida pelo eminente Desembargador-Presidente do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A decisão ora impugnada, proferida em sede de controle normativo abstrato, suspendeu; cautelarmente, a execução e aplicabilidade da norma inscrita no art. 64 da Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes (redação dada pela Emenda nº 004/92), que **permite** a reeleição, para o mesmo cargo, de qualquer dos membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal, para o período subsequente (fs.17/18).

A questão em análise na presente sede processual constitui reiteração de matéria por mim já apreciada no desempenho da competência monocrática outorgada, ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, pelo art. 4º da Lei nº 8.437/92 (Pet nº 1653-MG, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Na linha desse precedente, **impõe-se** reconhecer, preliminarmente, que **assiste**, à Câmara Municipal de Mogi das Cruzes/SP, **legitimidade ativa** para deduzir o pedido de contracautela a que se refere a Lei nº 8.437/92 (art. 4º).

Esse **entendimento** – além de apoiar-se em **autorizado** magistério doutrinário (HELY LOPES MEIRELLES, "Mandado de Segurança, Ação Popular, Ação Civil Pública, Mandado de Injunção, Habeas Data", p. 61, 14ª ed., 1992, Malheiros, v.g.) – encontra suporte na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que tem reconhecido, **mesmo tratando-se de órgãos não-personificados**, como no caso, a possibilidade de virem estes a formular pedido de contracautela destinado a fazer preservar a **integridade** de suas respectivas competências institucionais (RTJ 141/369 – RTJ 142/690 – **SS nº 936-PR (AgRg)**, Rel. Min. SEPÚVEDA PERTENCE - **SS nº 1.308-RJ**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **SS nº 1.315-RJ**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – Pet nº 1.623-CE Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Passo a apreciar o pedido ora formulado pela Câmara Municipal de Mogi das Cruzes/SP.



CÂMARA MUNICIPAL NAZARÉ DA MATA - PE



Cabe assinalar, que, em princípio, não se deve proceder, nesta sede processual, a análise do fundo da controvérsia jurídica suscitada na causa principal, **especialmente** porque a medida de contracautela, para ser apreciada (e eventualmente deferida), **supõe** o exame e a constatação da **alegada** ocorrência de ofensa aos valores sociais tutelados pela norma inscrita no art. 4º da Lei nº 8.437/92.

Não posso deixar de considerar, no entanto, na análise deste pedido, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que, **por mais de uma vez**, já enfatizou a **inaplicabilidade**, aos Estados-membros e aos Municípios, da cláusula final inscrita no art. 57, § 4º, da Constituição da República, que, **ao dispor sobre as Casas do Congresso Nacional**, assim prescreve:

"Art. 57

§ 4º - Cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente." (grifei)

Isso significa, portanto, que as Constituições estaduais e as Leis Orgânicas dos Municípios – tratando-se de eleição para as **Mesas Diretoras** das respectivas Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais - **podem** autorizar, legitimamente, a **recondução** dos parlamentares locais ao **mesmo** cargo, ainda que para exercício em período imediatamente subsequente.

Esse entendimento jurisprudencial da Suprema Corte – que **privilegia** a liberdade decisória das unidades federadas em matéria de opção política e de exercício do respectivo poder normativo – encontra suporte na **autonomia constitucional** dos Estados-membros e dos Municípios, a quem a Carta da República – **em cláusula revestida de inquestionável coeficiente de federalidade** (art. 25 e arts. 29/30) – atribuiu a regência de temas que se incluem, tipicamente, na esfera de interesses próprios das coletividades regionais e locais.

Na **realidade**, a jurisprudência constitucional do Supremo Tribunal Federal, **reiterando** orientação firmada sob a égide da Carta Política de 1969 (RTJ 119/964), **tem proclamado** que a norma inscrita no art. 57, § 4º, da Constituição Federal – no ponto em que esta **veda** a recondução, nas eleições imediatamente subsequentes, para o mesmo cargo na Mesa Diretora das Casas do Congresso Nacional – **não** veicula princípio essencial a que devam obediência as **demais** unidades da Federação, **não se revelando**, por isso mesmo, tal **cláusula**, suscetível de reprodução obrigatória nos estatutos fundamentais dos Estados-



CÂMARA MUNICIPAL NAZARÉ DA MATA - PE



membros e Municípios (ADI nº 793-RO, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – ADI nº 4.528-AP, Rel. Min. OCTAVIO GALLOTTI – Pet nº 1.653-MG, Rel. Min. CELSO DE MELLO) :

"Ação direta de inconstitucionalidade. Ataque à expressão 'permitida a reeleição' contida no inciso II do artigo 99 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, no tocante aos membros da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa.

- **A questão constitucional que se coloca na presente ação direta foi reexaminada recentemente, em face da atual ADIN 793, da qual foi relator o Sr. Ministro CARLOS VELLOSO. Nesse julgamento, decidiu-se, unanimemente, citando-se como precedente a Representação nº 1.245, que 'a norma do § 4 do art. 57 da C.F. que, cuidando da eleição das Mesas das Casas Legislativas federais, veda a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, não é de reprodução obrigatória nas Constituições dos Estados-membros, porque não se constitui num princípio constitucional estabelecido'.**

Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente."

(ADI nº 792-RJ, Rel. Min. MOREIRA ALVES – grifei).

Torna-se evidente, pois, que a decisão ora impugnada, **proferida** pelo eminente Desembargador Presidente do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, **divorcia-se**, frontalmente, da orientação jurisprudencial firmada pelo Supremo Tribunal Federal sobre o tema em análise.

Mais do que isso, a decisão em causa, ao **paralisar** a eficácia de preceito básico consubstanciado na legislação local, **afeta** gravemente, a ordem institucional do Município e **restringe-lhe** prerrogativa político-jurídica, que, **fundada em sua autonomia constitucional**, permite-lhe dispor sobre o modo de composição do órgão diretivo de sua Câmara de Vereadores, **derivando**, precisamente desse ponto, o aspecto de **potencialidade danosa** que emerge, a meu juízo, do ato decisório em questão.

Assim sendo tendo presentes as razões expostas – e considerando que a cláusula inscrita no art. 57, § 4º, **in fine**, da Carta Política **não** configura padrão de compulsória observância por parte dos Estados-membros e Municípios –, **defiro** o pedido de contracautela, para, até o definitivo julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 59.758-0/4, ora em curso perante o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, **suspender** a eficácia da medida cautelar concedida pelo eminente Desembargador Presidente dessa Corte judiciária (fls. 17/18), **restaurando** em consequência, a **integral** aplicabilidade do art. 64 da Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes/SP, na redação que lhe deu a Emenda nº 004/92.



CÂMARA MUNICIPAL NAZARÉ DA MATA - PE



Comunique-se, com urgência, o teor desta decisão, ao E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ao MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Mogi das Cruzes (processo nº 2.298/98-Ação Civil Pública) e à Câmara Municipal de Mogi das Cruzes.

Arquivem-se os presentes autos.

Publique-se.

Brasília, 03 de fevereiro de 1.999.

Ministro **CELSO DE MELLO**
Presidente"

(publicada no DJU 11.02.99)

A r. decisão supra, sem dúvidas alicerça o que já tem sido reiterado pelo STF acerca da autonomia dos entes federativos, em especial acerca da matéria neste artigo abordada; aí é que sentimos uma vez mais a necessidade do efeito vinculante às decisões reiteradas do Supremo Tribunal Federal, pois em que pese o livre convencimento dos julgadores, é lamentável entretanto que alguns insistam em divorciar-se do que tem lecionado à Suprema Corte Brasileira em matéria de constitucionalidade, caminhando em sentido diametralmente oposto, porquanto é àquela que compete a guarda da Carta Magna pátria, permitindo com tais decisões, quando não o caso de medida de imediata alçada do STF, que o provimento jurisdicional se dê muitas vezes tardiamente, após o esgotamento das vias recursais, porquanto ao final, levando-se a lide ao Egrégio STF, a decisão resultante é aquela que apresentamos; àqueles que insistem na contrariedade, resta-nos somente ponderar quanto à reflexão do pensamento do saudoso *Rui Barbosa* que dizia "a justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta."

Diante do exposto, corrobora-se a legalidade da proposição que trata da recondução do Mandato da Mesa diretora das Câmaras Municipais, conforme dispuser a lei Orgânica Municipal, ficando, a critério do regimento interno da casa, definir a data da eleição para o mandato subsequente.

Ante o exposto, está patenteado a legalidade da proposição sob análise, oportunidade que submetemos à apreciação do plenário deste Poder.

Câmara Municipal de Nazaré da Mata, em 09 de setembro de
2013.



Câmara Municipal de Nazaré da Mata - PE
Casa Joaquim Nabuco
EMENDA Nº 01/2018

À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE NAZARÉ DA MATA/PE .

Dispõe sobre inserção na Lei Orgânica do Município de Nazaré da Mata-PE, da Seção III, no Capítulo II, dispondo sobre a Advocacia Pública Municipal, revogando a EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 01/2015, de 16/06/2015, e dá outras providências..

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NAZARÉ DA MATA-PE, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que o Plenário por unanimidade de Votos **APROVOU**, e **ELA PROMULGA**, a seguinte **EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL**:

Art. 1º- Fica incluído no **TÍTULO III – Da Organização Administrativa Municipal**, **CAPÍTULO I- Da Estrutura Administrativa**, da Lei Orgânica do Município de Nazaré da Mata/PE, a **Seção III** ,que trata da Advocacia Pública Municipal, com a seguinte redação:

TÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL
CAPÍTULO I
DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA
.....
SECÃO III
DA ADVOCACIA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 95-A. A Procuradoria-Geral do Município é a instituição que representa o Município e suas autarquias, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e seu funcionamento, as atividades de consultoria jurídica do Poder Executivo.

§ 1º - A Procuradoria-Geral do Município tem por chefe o Procurador-Geral do Município, de livre nomeação pelo Prefeito Municipal, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e ilibada reputação, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.



Câmara Municipal de Nazaré da Mata - PE Casa Joaquim Nabuco

§ 2º A Procuradoria-Geral do Município será integrada pelos Procuradores do Município, organizados em carreira, por nomeação dos aprovados em concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco, na forma que a lei estabelecer.

§ 3º Aos Procuradores referidos no parágrafo anterior é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado da Procuradoria Geral.

§ 4º Os Agentes Públicos de que trata este artigo poderão ser remunerados sob forma de subsídios, a serem fixados por lei específica, garantida a irredutibilidade.

Art. 2º - Fica revogada, em todos os seus termos, a Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 01/2015, datada de 16 de junho de 2015.

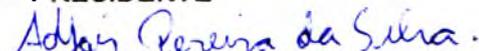
Parágrafo único – O caput deste artigo aplica-se a todos os dispositivos de normas e legislações municipais que tenham por fundamento a Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 01/2015, datada de 16 de junho de 2015.

Art.3º - A presente Emenda à Lei Orgânica do Município de Nazaré da Mata/PE, entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Nazaré da Mata/PE, em 29 de maio de 2018.


MARISTELA MARIBEL DE FONTES ARAÚJO
PRESIDENTE-


ADJAÍR PEREIRA DA SILVA
- VICE-PRESIDENTE-


MANUEL ANTONIO BERTO DA SILVA
- 2º SECRETÁRIO-